

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

“A realidade de famílias vulnerabilizadas da Vila São Paulo”

Monografia apresentada para
obtenção do Título Assistente Social
do Curso de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro –
UNISA

Orientadora: Professora Doutora Selma Amaral
Silveira

**São Paulo
2009**

**Edna Souza Correia de Carvalho
Maria Aparecida Machado**

“A realidade de famílias vulnerabilizadas da Vila São Paulo”

Monografia apresentada para
obtenção do Título de Assistente
Social do Curso de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro –
UNISA

Orientadora: Professora Doutora Selma Amaral
Silveira

**São Paulo
2009**

**Edna Souza Correia de Carvalho
Maria Aparecida Machado**

“A realidade de famílias vulnerabilizadas da Vila São Paulo”

Monografia apresentada para obtenção do Título de Assistente Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro – UNISA

Data da Aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora

Professora Doutora Selma Amaral Silveira (orientadora)

Professor Osmar Cavalcante

Conceito Final:

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares e amigos, pelo apoio em
mais uma etapa de nossas vidas!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos...

...primeiramente a Deus, por nos ter iluminado durante nossa trajetória;

...nossas famílias, por todo carinho e paciência;

...nossa orientadora por guiar nossos passos neste trabalho;

...nossos professores, por serem realmente grandes mestres pra nós;

...nossa turma de graduação, pelo coleguismo e convivência!

A todos vocês: **MUITO OBRIGADA!!!**

Edna e Cida

“É preciso escolher um caminho que não tenha fim, mas, ainda assim, caminhar sempre na expectativa de encontrá-lo”.

(Geraldo Magela Amaral)

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a situação de vulnerabilidade social das famílias residentes na Vila São Paulo, no distrito da Cidade Ademar, zona sul do município de São Paulo. O objetivo é apresentar a realidade dessas famílias, relacionando-a com referenciais teóricos acerca de vulnerabilidade social e, sendo assim, tecer reflexões sobre possíveis ações capazes de melhorar as condições de vida desse grupo. O desenvolvimento deste trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (entrevistas com moradores). A revisão bibliográfica teve como objetivo fundamentar a parte prática, dando embasamento à discussão. Nas entrevistas realizadas com uma amostragem de moradores da Vila São Paulo, ficam evidentes alguns fatores de interesse do profissional de Serviço Social, sendo os principais: predomínio de trabalho informal e conseqüente inexistência de benefícios e direitos referentes às leis trabalhistas; desconhecimento dos moradores acerca de seus direitos e deveres enquanto cidadãos; contato direto com situações de violência, como o tráfico de drogas; existência de determinados fatores culturais nos quais leva-se a acreditar que a migração de outros estados para São Paulo acarreta à natural melhoria das condições de vida; moradias irregulares, em terreno invadido ou em locais comprometidos devido à estrutura física; falta de acesso a políticas envolvendo planejamento familiar, entre outros. As autoras concluíram que deve-se olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, ampliando o foco sobre a mesma, ou seja, trabalhar com a escuta da família. Não se deve olhar a família de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros: se um deles está precisando de assistência sua família estará também.

Palavras-chave: serviço social, família, vulnerabilidade, Cidade Ademar.

ABSTRACT

The present research is about the situation of social vulnerability of families that lives in São Paulo Village, at the Cidade Ademar district, south of São Paulo city. The objective of the monography is to show the reality of the families that lives in this village and relates it with theoretic referencial about social vulnerability and make reflections about possible actions that are able to improve the life conditions of this group. The development of this paper was made by using bibliografic research and field research (interview with local living people). The bibliografic research was used to improve the practical part, by giving embasement to discussions. In the interviews made with the people that lives in São Paulo Village is possible to note very strong facts that interest the Social Work professional, just like high number of informal jobs and this consequences that are no garanties of professorional rights; low knowlege about citizens duties and rights; right contact with violence situations as drugs traffic; the existence of certain cultural facts that leaves to the believing that the migration to the São Paulo state will improve the life conditions of people; irregular households in fields or locations that are dandgerous in the fisical structure; no acess to politics abouth familiar plaining and others. The autors of this research concludes that we must look to the family in it's movement, it's vulnerability and its fragility, growing up the focus of itself, as like working to listen this families. It's not to suppose to look this families in a fragmented way, but working with this group of members: if one of them is needing help, also all of the family will be needing it too.

Key-words: social work, family, vulnerability, Cidade Ademar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista superior via satélite da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	36
Figura 2 – Vista superior via satélite da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	37
Figura 3 – Viela da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	38
Figura 4 – Condições de habitação (acabamento de residências) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	39
Figura 5 – Condições de habitação (barreiras arquitetônicas) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	39
Figura 6 – Condições de habitação (estrutura física) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	40
Figura 7 – Condições de habitação (barraco) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	40
Figura 8 – Condições de habitação (área interna residência) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	41
Figura 9 – Condições de habitação (relações sociais e afetivas) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos chefes de família da Vila São Paulo	44
Gráfico 2 – Sexo dos chefes de família da Vila São Paulo	45
Gráfico 3 – Estado Civil dos chefes de família da Vila São Paulo.....	46
Gráfico 4 – Grau de instrução dos chefes de família da Vila São Paulo.....	47
Gráfico 5 – Quantidade de filhos dos chefes de família da Vila São Paulo.....	48
Gráfico 6 – Situação de trabalho dos chefes de família da Vila São Paulo.....	49
Gráfico 7 – Naturalidade dos chefes de família da Vila São Paulo.....	50
Gráfico 8 – Tempo de residência no local dos chefes de família da Vila São Paulo.....	51
Gráfico 9 – Quantidade de pessoas residentes na casa (exceto crianças) dos chefes de família da Vila São Paulo.....	52
Gráfico 10 – Quantidade crianças (até 12 anos) residentes na casa dos chefes de família da Vila São Paulo.....	53
Gráfico 11 – Quantidade de cômodos da residência dos chefes de família da Vila São Paulo.....	54
Gráfico 12 – Situação de moradia dos chefes de família da Vila São Paulo.....	55
Gráfico 13 – Situação de habitação dos chefes de família da Vila São Paulo.....	56
Gráfico 14 – Acesso a saneamento básico e luz dos chefes de família da Vila São Paulo.....	57
Gráfico 15 – Renda familiar mensal dos chefes de família da Vila São Paulo.....	58
Gráfico 16 – Nível de satisfação com relação ao local de moradia dos chefes de família da Vila São Paulo.....	59
Gráfico 17 – Nível de satisfação acerca de equipamentos sociais locais dos chefes de família da Vila São Paulo.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
FAMÍLIA, TERRITÓRIO E VULNERABILIDADE: REVISÃO DA LITERATURA.....	16
1. EXCLUSÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE	17
1.1 A FAMÍLIA NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE.....	22
1.2 TERRITORIALIDADE.....	24
TECENDO CONTEXTOS.....	27
2. METODOLOGIA	28
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	29
2.2 PESQUISA DE CAMPO.....	30
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ESTUDADO.....	31
A REALIDADE DA VILA SÃO PAULO	43
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	63
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	67
ANEXOS	70
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO	70

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida versa sobre a situação de vulnerabilidade social das famílias residentes na Vila São Paulo, no distrito da Cidade Ademar, zona sul do município de São Paulo. O presente trabalho almeja atingir as competências necessárias para a formação em Serviço Social.

A graduação em Serviço Social, por si só, visa formar profissionais críticos e reflexivos, que se apropriam de concepções teóricas capazes de serem aplicadas em demandas populares. A premissa é que haja o domínio de um conjunto de métodos e técnicas de ação em processos sociais.

Mais do que isso, a ação profissional do assistente social deve contribuir para que os segmentos pauperizados da população tenham acesso aos serviços sociais básicos – como educação, saúde, habitação e outros preconizados pela Constituição.

O exercício dessas competências deve se dar através do planejamento e execução de projetos sociais junto a indivíduos e comunidades, ou seja, através da consolidação de uma nova relação de sociabilidade junto ao restante da sociedade.

Levando em consideração uma realidade determinada – a das famílias residentes na Vila São Paulo – e a articulação deste contexto às noções a serem apresentadas acerca de vulnerabilidade social, exclusão, pertencimento a um núcleo familiar e comunitário, tem-se aqui a existência de um possível campo de trabalho dentro da área de Serviço Social.

A importância de uma pesquisa sobre este assunto se releva quando nos deparamos com as características de um país, o Brasil, que ainda não consegue lançar mão de estratégias de intervenção eficazes para a melhoria das condições de vida da maioria de sua população.

Busca-se através desta pesquisa analisar as condições de vida e como se dá a busca de recursos para o enfrentamento da realidade social pelas famílias da Vila São Paulo. A estrutura do trabalho conta com uma explanação acerca de temas relativos ao campo de Serviço Social inerentes à situação dos indivíduos residentes nesta localidade, bem como com uma pesquisa de campo.

A pesquisa tece reflexões sobre como as famílias da Vila São Paulo estabelecem suas representações no cotidiano, bem como são estruturadas – utilizando-se para tal da apresentação de dados coletados através de entrevistas. Ao longo do trabalho o leitor irá perceber que a maioria das famílias desconhece que são portadoras de direitos e deveres, como pessoas que são e como cidadãos.

Mais relevante no momento, a presente pesquisa estabelece possibilidades práticas de como, conjuntamente com essas famílias, pode-se atingir níveis maiores de participação social, melhoria da qualidade de vida e expansão de sua rede de proteção social.

Entende-se o Serviço Social como uma práxis capaz de ser transformadora da qualidade de vida dos indivíduos envolvidos no processo de assistência, bem como sendo esta um instrumento de mudanças de contextos políticos e sociais.

É com esse pensamento que as autoras desta pesquisa acercaram-se da realidade das famílias estudadas, na região pobre do distrito da Cidade Ademar, na capital paulista. Informações coletadas com os moradores permitem estimar cerca de 250 famílias ocupando este espaço que, por sua vez, caracteriza-se como um local com condições precárias de moradia, saneamento básico, educação, saúde e cultura.

Essa somatória de fatores suscitou nas autoras diversos questionamentos acerca de possibilidades de intervenção, além do anseio em aprofundar-se no referencial teórico capaz de embasar essa prática. Sposati (1997, p.73) afirma que o termo vulnerabilidade social relaciona-se com situação de extrema pobreza, com precariedade de indivíduos ou grupos terem acesso aos serviços sociais de saúde, transporte, educação, moradia e outros. Ou seja, a

dificuldade dos atores envolvidos em acessar recursos capazes de suprir suas necessidades básicas.

O conceito de território é muito importante para a compreensão do trabalho de pesquisa, levando em conta que, de acordo com Koga (2003, p.101), este é "o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva. O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa, onde se concretizam as relações sociais; as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder". A autora ainda destaca que no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos "as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e as qualidades destes mesmos serviços apresentam-se desiguais".

O objetivo central deste trabalho é, portanto, apresentar a realidade das famílias residentes na Vila São Paulo, distrito Cidade Ademar, na cidade de São Paulo, relacionando-a com referenciais teóricos acerca de vulnerabilidade social e, sendo assim, tecer reflexões sobre possíveis ações capazes de melhorar as condições de vida desse grupo. Especificamente, esta pesquisa propõe-se às seguintes ações:

- Localizar o espaço referente à Cidade Ademar e descrever suas características físicas e sócio-econômicas;
- Apresentar conceitos acerca de vulnerabilidade social, constituição familiar e território;
- Articular os conceitos com a situação das famílias residentes na Vila São Paulo;
- Propor ações capazes de melhorar a qualidade de vida das famílias estudadas.

A seguir, no primeiro capítulo, tem-se a fundamentação teórica da monografia, que versa sobre três conceitos principais: "exclusão e vulnerabilidade", "família e vulnerabilidade" e "territorialidade".

O segundo capítulo refere-se à pesquisa de campo, ou seja, à metodologia e à análise de dados referente à pesquisa de campo.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de campo.

Finalmente, conclui-se a presente monografia com considerações finais e elaboração de propostas de intervenção junto às famílias residentes no local.



FAMÍLIA, TERRITÓRIO E VULNERABILIDADE: REVISÃO DA LITERATURA

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova”

(Gandhi)

O presente capítulo apresenta uma revisão da literatura acerca de conceitos-chave necessários para a compreensão da pesquisa. São esses: exclusão social, vulnerabilidade, risco e territorialidade.

1. EXCLUSÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE

A exclusão social tem sido alvo freqüente de debates entre estudiosos devido à pobreza e à miséria, cada vez mais visíveis no Brasil. Para Feijó e Assis (2004, p.158), entre os estudiosos que contribuíram para um arcabouço teórico da exclusão destaca-se Robert Castel. A idéia de exclusão social, para essas autoras, assinala um “estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera”. A exclusão, portanto, associa-se um processo de desvinculação social e espacial. “O excluído não escolhe sua condição; ela se dá numa evolução temporal como resultado das mudanças na sociedade”.

Feijó e Assis (2004, p.159) também destacam que “todas as formas de exclusão levam a um conjunto de vulnerabilidades que operam como obstáculos difíceis de superar”.

O caráter fluido da inclusão/exclusão social não diz respeito, de imediato, a uma análise da solvabilidade da exclusão ou da descoberta dos seus diluentes químicos, tornando factível empurrá-la ralo abaixo. O que aqui se quer destacar é sua permeabilidade interpretativa desde o uso banal, como expressão da residualidade de um fenômeno, até sua capacidade crítica da igualdade social. A banalização do conceito exclusão/inclusão social vem, em primeiro plano, de seu uso substituído aos conceitos de opressão, dominação, exploração, subordinação entre outros tantos que derivam do exame crítico da luta de classes da sociedade salarial, como mera modernização da definição de pobre, carente, necessitado, oprimido. A relação entre exclusão/inclusão identifica a iniquidade da desigualdade. Confrontar a exclusão na sua relação com a inclusão é colocar a análise no patamar ético-político, como questão de justiça social, possibilitando a descoberta de novas identidades e dinâmicas sociais (SPOSATI, 2006, p.78).

Em Castel (1991, p.102) observa-se a elaboração de um esquema que se constitui da conjunção de dois vetores: “um eixo de inserção/não inserção pelo trabalho e um eixo de inserção/não inserção em uma sociabilidade sócio familiar”. Para o autor é “nos processos de vulnerabilidade que arruínam os pobres que deve ser buscada a origem das perturbações afetando o equilíbrio social”.

As idéias de Robert Castel colaboram para a noção de um processo de desvinculação social de determinados indivíduos, no qual se encontram os aspectos relativos ao trabalho, família e inserção na comunidade. O que perde-se, neste processo, é a noção de pertencimento.

O ser excluído traduz-se na falta de ganhos, de alojamento, de cuidados, de instrução, de atenção, de poder exercer sua cidadania. A falta de oportunidades para o indivíduo e sua família afeta seu sentido de existência e suas expectativas de futuro (CASTEL, 1991, p.103).

Atualmente o termo “exclusão” é utilizado de forma indiscriminada e não consegue abranger com clareza os diferentes processos que ocorrem com determinadas parcelas da população, ou seja, com os “segregados”, “excluídos”, “marginalizados”...

Tema presente na mídia, no discurso político e nos planos e programas governamentais, a noção de exclusão social tornou-se familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades. Não é apenas um fenômeno que atinge os países pobres. Ao contrário, ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (WANDERLEY, 1997, p.77).

Em tempos em que as pesquisas não mais conseguem comportar o termo “exclusão” para designar os processos de ruptura dos vínculos sociais, diversos autores discutem terminologias mais adequadas para explicitar esses processos.

Castel é um crítico da concepção de exclusão. Desconfia da exclusão tanto pela heterogeneidade de usos que o conceito permite quanto

pelo perigo que representa na autonomização de situações que só têm sentido quando colocadas dentro de um processo. Ao se buscar conhecer os estados de despossuir, são elaboradas análises setoriais, descontínuas e deslocadas dos processos mais abrangentes da sociedade atual, e conseqüentemente são construídas políticas que não consideram a relação entre a lógica econômica e a coesão social anteriores às situações de ruptura representadas pela exclusão (WANDERLEY, 1997, p.79).

Castel amplia o conceito de exclusão para além do econômico. Isso quer dizer que o “excluído” não o é somente no âmbito econômico. Acima de tudo, este indivíduo não tem acesso à possibilidade de manter seus vínculos sociais e familiares. O autor utiliza a noção de “desfiliação” que, segundo ele, é:

(..) um processo onde o sujeito não consegue inserir-se no mundo do trabalho, inviabiliza-se a manutenção de sua moradia, não tem condições de criar os filhos, organizar a vida familiar; enfim, são múltiplos os fracassos na constituição do vínculo social, são rupturas incessantes que projetam o sujeito em uma situação de flutuação social, passando a se constituir num indivíduo apartado, segregado e não reconhecido como integrante da sociedade (CASTEL, 2000, p.206).

Pode-se dizer, então, de forma simplificada, que a desfiliação consiste em uma ruptura do pertencimento, uma ruptura do vínculo social.

Abordando uma outra ótica – a da discriminação e estigmatização – temos em Sposati (1998, p.39):

Considero que o conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania. Coloco a exclusão no patamar de conceito-denúncia do aviltamento do estatuto universal da condição humana, por isso uma concepção intrinsecamente ética. Considero que há uma distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere também à discriminação e a estigmatização. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa. Não entendo estes conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão (SPOSATI, 1998,p.42).

Com referência à vulnerabilidade, Abramovai et al (2002, p.117) destacam que apesar do uso histórico do termo em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos,

período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina. Para os autores, tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas.

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social. Tais obras se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral. Dessa maneira, partiam do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social de uma maneira dinâmica, bem como das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo (ABRAMOVAI, 2002, p.122).

Vale notar, segundo Cunha (2004, p.61) que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais.

Um aspecto importante dessa definição decorre da sua utilidade para compreender como e por que diferentes atores sociais se mostram mais suscetíveis a processos que atentam contra sua possibilidade de ascender a maiores níveis de bem estar. Ela permite analisar o caso de grupos sociais, aos quais são atribuídas grandes potencialidades, ativos valorizados em um dado contexto de estruturas de oportunidades, mas que, contraditoriamente, permanecem reclusos a um cenário de inseguranças, instabilidades e marginalidade (ABRAMOVAI, 2002, p.123).

De acordo com Pizzaro in Abramovai (2002, p.134), a vulnerabilidade apresenta-se como um elemento distintivo da realidade social ao final dos anos 90 na América Latina. Isto se deve ao fato de que as condições de pobreza e

concentração de renda, próprias dos países subdesenvolvidos, geram um aumento da insegurança e, portanto, da vulnerabilidade para um grande número de indivíduos das classes baixas e médias, pois, estão expostos a riscos (ex: violência) e dificuldades (ex: desemprego), principalmente nas zonas urbanas.

Risco implica em resultados negativos e indesejáveis no desenvolvimento dos indivíduos. Tradicionalmente, esses fatores eram definidos por termos estáticos como estressor (pobreza, maus-tratos), porém hoje, atenta-se para a importância de analisar os fatores de risco enquanto processo (GARCIA, 2003, p.128).

A gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, segundo Gomes e Pereira (2005, p.358) constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, na área de atuação junto da família, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. Os autores estabelecem que o Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para a efetiva participação da família no desenvolvimento de seus filhos, porém os investimentos públicos brasileiros, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desempenho da economia.

Petrini (2003, p.87) afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos.

Percebe-se que para essa família, a perda ou rompimento dos vínculos produz sofrimento e leva o indivíduo à descrença de si mesmo, tornando-o frágil e com baixa auto-estima. Esta descrença conduz ainda o indivíduo a se desfazer do que pode haver de mais significativo para o ser humano: a capacidade de amar e de se sentir amado, incorporando um sentimento desagregador. A questão da família pobre aparece como a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social. Esse estado de privação de direitos atinge a todos de forma muito profunda, à medida que produz a banalização de sentimentos, dos afetos e dos vínculos (VICENTE, 1994, p.48).

1.1 A FAMÍLIA NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE

Em Baptista (1996, p.85) encontramos algumas considerações sobre o conceito de família: ela pode ser vista como um núcleo – a junção de crenças nucleares provindas dos genitores – na qual a função é a formação de premissas, diretrizes e regras que irão guiar o desenvolvimento dos filhos. Desta forma, os membros da família formam um sistema dinâmico, onde cada membro influencia e é influenciado pelos outros membros. O autor sugere que o “clima familiar” pode influenciar o desenvolvimento emocional de um indivíduo.

Em todas as culturas a família dá a seus membros o cunho da individualidade. A experiência humana de identidade tem dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O laboratório em que esses ingredientes são misturados e administrados é a família, a matriz da identidade (MINUCHIN, 1990, p.133).

Sampaio (2003, p.49) aborda em seus estudos a questão da pobreza e família. Para a autora, o empobrecimento é um processo que acaba por impedir que as pessoas tenham estruturas familiares com capacidade suficiente para desenvolver um projeto de vida digna na sociedade contemporânea.

Segundo Galheigo (2003, p.53), o primeiro alvo da desagregação social é a família. Sua função de provedora e cuidadora ficará bastante prejudicada tanto pela falta de recursos materiais quanto pelo despreparo e pelo grau de tensão dos provedores que deixam ou ficam impedidos de exercer de forma plena sua função de acolhimento, desenvolvimento, e manutenção dos seus membros.

Gomes e Pereira (2005, p.360) ressaltam que o estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família, como grupo primário, é o “lócus” para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos. Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade.

Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados (GOMES, 2003, p. 57).

Segundo Gomes e Pereira (2005, p.361) a família seria um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e que habitam a mesma casa, ou seja, de acordo com as autoras, pode-se considerar família um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções. Entretanto, Gomes e Pereira (2005, p.361) ressaltam que existe uma inconsistência ao se definir família, cujo aspecto vai depender do contexto socio-cultural em que a mesma está inserida: “a família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas. O universo do mundo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade nas interações com o meio social em que vivem”.

Gomes e Pereira (2005, p.362) destacam ainda que “a situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica lançada ao chefe da família”. De acordo com estas pesquisadoras, à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas e de “socialização e de amparo/serviço aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade”. E mais: “a vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculo”, destacam Gomes e Pereira (2005, p.363).

A situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se vêem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. Ao aprofundar a discussão sobre família, pode-se fazer um retrato vivo dos reflexos que a má situação econômica impõe sobre as famílias pobres. É possível afirmar que a situação de esgarçamento dos vínculos familiares resulta da miserabilidade e a que estão sujeitas as

famílias, sendo esta a mola propulsora para a sua desestruturação (GOMES e PEREIRA, 2005, p.362).

Faz-se necessário, ainda segundo Gomes e Pereira (2005, p.363) ressaltar a urgência da mudança de paradigma em relação à implementação de programas sociais mais conseqüentes e que visualizem sempre a família como alvo, não descontextualizando seus membros. “Não dá para falar em políticas públicas eficazes sem dar destaque à família como potencializadora destas ações”.

1.2 TERRITORIALIDADE

De acordo com Koga e Nakano (2008, p.55), no Brasil, as políticas públicas se defrontam com o desafio de intervir para a democratização do poder público e a universalização dos direitos sociais básicos, assim como para reduzir as desigualdades socioterritoriais, sem perder os vínculos com as particularidades e diversidades locais.

Estes autores ressaltam que as particularidades territoriais, sociais, econômicas e culturais se expressam num imenso mosaico de lugares e contextos, habitados por pessoas que não vivem as plenas condições de cidadania. Os mesmos destacam ainda que a fatídica marca das desigualdades entre moradores e cidadãos abreviam as potencialidades dialógicas das diferenças.

Enquanto os moradores povoam os lugares, os cidadãos possuem condições e poder para interferir nas decisões coletivas que dizem respeito ao destino desses lugares. No Brasil, alguns são cidadãos e muitos são meros moradores. (...) É importante ressaltar que o território não é mero receptáculo dos processos de constituição de diferenças e desigualdades. O território é elemento que atua com outros agentes na produção social de realidades coletivas. (...) Incorporar a perspectiva territorial na formulação, na implementação, no monitoramento, na avaliação e na revisão de políticas públicas implica necessariamente manejar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder (KOGA e NAKANO, 2008, p.56).

Sposati (2000, p.79), ao narrar sobre as experiências do Centro de Estudos de Desigualdades Socioterritoriais, associa os estudos deste centro a

questão da presença territorial da exclusão e inclusão social em contextos urbanos sobre diferentes malhas de agregação territorial. A autora destaca a capacidade de construção de indicadores intra-urbanos da distribuição e redistribuição da qualidade de vida urbana.

Outra aquisição é o reconhecimento do modo de espalhamento/concentração de graus de exclusão/inclusão das condições de qualidade de vida nos territórios de uma cidade. As mudanças desse padrão no tempo, constatadas por técnicas geoespaciais, identificam linhas de continuidade/descontinuidade com que processos e dinâmicas sociais ocorrem. A mutabilidade de contornos vai assinalar zonas de relevância da topografia social resultante das relações sociais (SPOSATI, 2000, p.80).

É nesse contexto que, segundo Koga, Ramos e Nakano (2008, p.91) surgem questionamentos quanto ao significado da territorialização, ou ainda a “pertinência de se inserir na análise das expressões da questão social brasileira a dimensão territorial”. De acordo com estes autores, “o território é uma categoria a priori da ação social, enquanto um instrumento que permite uma nova perspectiva às políticas sociais”.

Sendo assim, o território pode ser percebido enquanto o local onde as pessoas estabelecem suas relações de vida, seja no âmbito de trabalho como no de convivência com os demais membros de sua comunidade e família.

Para Koga, Ramos e Nakano (2008, p.92), deve-se “pautar as evidências presentes na dinâmica de ocupação, formação e relações estabelecidas que colocam a dimensão territorial para além do espaço geográfico”, considerando sua inserção junto a processos econômicos, políticos e sociais.

Com relação à territorialidade, Koga (2008, p.104) reflete:

É uma topografia feita de referências de distâncias e proximidades, reais e simbólicas, desenhada pelos circuitos sociais que abrem ou bloqueiam os acessos à cidade e seus espaços, e que interagem com os fluxos urbanos que em princípio os serviços públicos organizam ou deveriam organizar. Desta forma, considerar a dimensão territorial na busca pela construção do conhecimento da realidade social dos territórios torna-se condição essencial na análise. Significa considerar não somente uma configuração físico-administrativa caracterizada por uma determinada aglomeração (...) mas essencialmente, trata-se de compreender a dinâmica

das relações econômicas, sociais, políticas, culturais que são estabelecidas nesses territórios (KOGA, 2008, p.104).

Com referência às possibilidades de atuação, intervenção e mudança de determinados fatores ligados à famílias vulnerabilizadas, observa-se que cada realidade, mesmo apresentando fatores em comum com outras, deve ser analisada principalmente no que se refere às suas peculiaridades, e não o contrário – sob pena de generalizá-la. Koga (2004, p.04) aponta:

Os territórios de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social são desiguais entre si e as relações comunitárias, institucionais variam de tal forma a exigir, ainda que em uma área restrita, como um bairro ou uma favela, ações igualmente diferenciadas, que leve em consideração as desigualdades internas (KOGA, 2004, p.04).



TECENDO CONTEXTOS

PORTINARI
557

*“A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento
envolvido. Não na vitória propriamente dita”*

(Gandhi)

O atual capítulo apresenta o percurso metodológico deste trabalho, sendo: a metodologia referente à abordagem bibliográfica e à pesquisa de campo, bem como a caracterização do território estudado.

2. METODOLOGIA

Rocha (2002, p.62) afirma que todo Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de uma pesquisa em torno de determinado e único tema.

O procedimento científico, de acordo com Lakatos e Marconi (2001, p.37) “leva a circunscrever, delimitar, fragmentar e analisar o que constitui o objeto da pesquisa, atingindo segmentos da realidade”.

Desta forma há de se pensar na pesquisa científica através de uma *metodologia* que visa solucionar ou abordar determinado problema, o tema do trabalho. De acordo com Gil (1999, p.19) *método* pode ser definido como “um caminho para se chegar a determinado fim”. E *método científico* como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Seguindo esta linha de raciocínio, Severino (2002, p.29) salienta que o tema delimitado é o objeto em si do trabalho, ou seja, é a perspectiva sobre o qual é tratado. O autor esclarece que o tema escolhido ou delimitado deve deixar margem para a pesquisa positiva, bibliográfica ou de campo, apontando a necessidade da utilização dos métodos a que alude o *tipo de pesquisa* determinado, não sendo dessa forma o trabalho uma pura criação mental.

O desenvolvimento deste trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica teve como objetivo fundamentar a parte prática, dando embasamento à discussão. A parte de pesquisa de campo foi realizada com famílias residentes na Vila São Paulo, no bairro de Cidade Ademar.

O detalhamento do processo de revisão bibliográfica e da pesquisa de campo realizada será abordado no decorrer deste capítulo.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De posse dos conceitos apresentados anteriormente, destaca-se que a realização deste trabalho baseia-se, em sua primeira parte, em referências bibliográficas acerca de conceitos pertinentes aos objetivos apontados na introdução. A intenção da abordagem de fundamentação teórica possui a única pretensão de promover reflexões capazes de subsidiar a compreensão da pesquisa de campo.

A fundamentação teórica realizada foi conceitual, adotando como estratégia a revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica incluiu estudos encontrados nas bases de dados Scielo, Biblioteca Digital da Universidade de Campinas, Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, Sistema Google Acadêmico e Biblioteca da Universidade de Santo Amaro.

Para o levantamento de dados nas bases virtuais utilizou-se dos seguintes descritores na língua portuguesa: “exclusão social”, “vulnerabilidade”, “risco” e “família”, caracterizando inicialmente os critérios de inclusão. Estes unitermos foram utilizados tanto na forma pura como com cruzamentos entre si.

De posse do conteúdo integral proveniente destas fontes, aplicou-se critério de seleção do material encontrado, que deveria se enquadrar na temática de um ou mais dos seguintes grupos – ou seriam descartados por não terem pertinência clara com o tema:

Grupo 1 – Exclusão e vulnerabilidade;

Grupo 2 – A família no contexto da vulnerabilidade e risco;

Grupo 3 – Territorialidade.

A classificação do material encontrado se deu através de fichamento bibliográfico tanto com a elaboração de fichas de resumo, como de ficha de citações.

2.2 PESQUISA DE CAMPO

Tendo em vista que não há dados específicos na sub-prefeitura de Cidade Ademar acerca da Vila São Paulo, as autoras desta monografia se basearam na informação de um morador local que é tido para muitos como “líder de bairro”. Este informou que há uma média de 250 famílias residindo no local da pesquisa.

Sendo assim, optou-se por realizar entrevistas com chefes (responsáveis) de 50 famílias, estimando, assim uma amostragem de 20%. Contudo, devido a fatores a serem relatados nos Resultados, conseguiu-se que apenas 27 pessoas respondessem ao questionário. Portanto, para padronização do trabalho, estabeleceu-se aqui que o total da amostragem (100%) refere-se ao contingente total de 27 entrevistados.

Os dados foram coletados nos meses de fevereiro e março de 2009, sendo que o modelo e questionário aplicado encontra-se no Anexo 1.

Devido à própria desorganização física do bairro – com vielas e travessas irregulares – o critério utilizado pelas pesquisadoras foi percorrer o bairro e, a cada cinco casas, optar pela próxima (sexta) para coletar as informações.

Como meio de proporcionar resultados tanto quantitativos quanto qualitativos, utilizou-se de gravador de voz para a entrevista e do questionário com opções de múltipla escolha.

É importante ressaltar que a participação dos entrevistados foi voluntária e realizada de forma totalmente anônima, visando preservá-los.

Os dados coletados foram quantificados em números absolutos e/ou percentuais, e agrupados por categorias. Os resultados foram tabulados através de planilhas eletrônicas, expressos em forma de gráficos e/ou tabelas. Após a coleta de dados e a tabulação dos mesmos, foi realizada uma análise quantitativa e descritiva dos percentuais encontrados.

Este trabalho apresenta nos Resultados os dados expressos na forma de gráficos, utilizando números percentuais. Optou-se por esta apresentação visando uma melhor visualização das informações coletadas.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ESTUDADO

Conforme a Lei Municipal 11.200 de 1992, o município de São Paulo foi dividido em 96 distritos. Um deles é Cidade Ademar, na região sul da capital paulista. Conforme dados da Subprefeitura deste distrito, o território surgiu na década de 1960 com o povoamento de migrantes de outros estados, trabalhadores que vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Seus bairros e vilas surgiram devido ao grande impulso de processo de urbanização com decadência dos grandes fazendeiros, que eram obrigados a lotear suas terras, então começou o processo de urbanização com o surgimento de loteamentos vendidos aos operários migrantes que vieram de diversas partes do Brasil. A Emigração rural ocorrida na década de 70, conhecida como a expulsão do homem do campo para as grandes cidades, contribuiu para o aumento populacional da região. Atraídos pelos loteamentos por causa do parcelamento e a possibilidade de possuir um pedaço de terra, os habitantes foram aos poucos chegando à região.

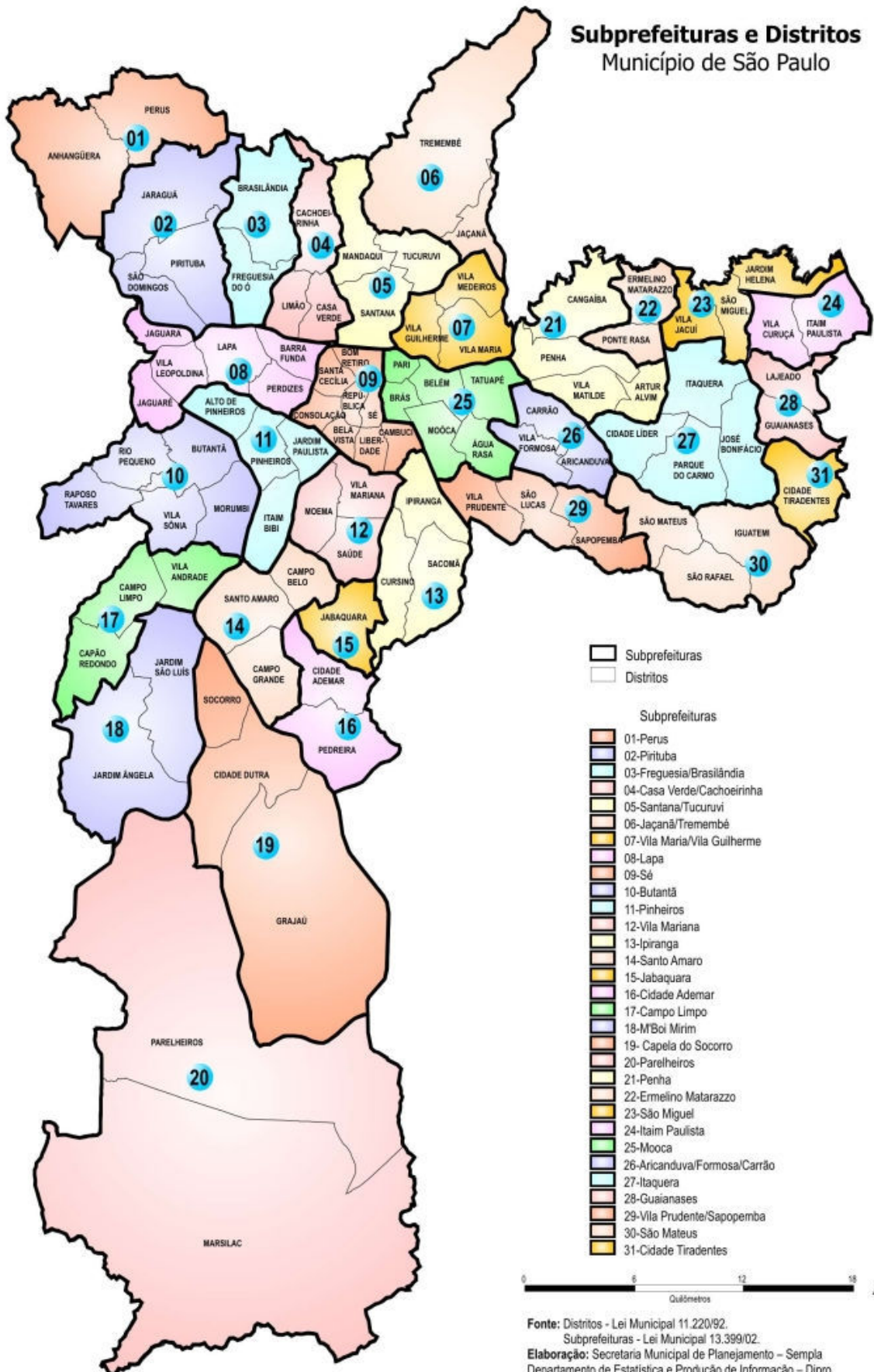
A Subprefeitura de Cidade Ademar tem em sua área de abrangência dois Distritos: Cidade Ademar e Pedreira. Conforme dados do IBGE (2000), a população total é de 370.797 habitantes, os cálculos atualizados da Subprefeitura estimam o número de moradores em 400 (quatrocentos) mil.

É no distrito de Cidade Ademar que se localiza a região alvo deste estudo, a Vila São Paulo, considerada uma favela que abriga cerca de 250 famílias em condições precárias de habitação. Trata-se de um conjunto de vielas acercadas de moradias mal-acabadas, muitas delas em contato com córregos a céu aberto.

Além disso, não se observa a existência de uma estrutura capaz de atender às necessidades da população no que se refere à saúde, segurança e outros – sendo único local de referência a um Núcleo Sócio Educativo que atende crianças e jovens entre 7 e 14 anos.

A seguir, mapa da cidade de São Paulo, com divisão dos subprefeituras e distritos, para melhor contextualização da pesquisa, conforme verifica-se a importância após o estudo dos conceitos de território e territorialidade abordados no primeiro capítulo.

Subprefeituras e Distritos Município de São Paulo



Fonte: Distritos - Lei Municipal 11.220/92.
Subprefeituras - Lei Municipal 13.399/02.
Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempa
Departamento de Estatística e Produção de Informação – Dipro

Aspectos Demográficos

Segundo informações colhidas no portal virtual da cidade de São Paulo acerca da Subprefeitura de Cidade Ademar, a estimativa populacional da região para 2010 é de 241.840 pessoas.

Observa-se também as seguintes informações:

Estimativa Populacional:

1997 - 240.276

1998 - 241.416

1999 - 242.417

2000 - 243.273

2001 - 243.979

2010 - 242.840

Taxa de Natalidade: 25,04

Taxa de Crescimento:

1980/1991: 0,45

1991/1996: 0,24

1996/2000: 1,02

Densidade (Pop/hab):

1980: 183,04

1991: 192,33

1996: 194,66

2000: 202,73

Migração dos Chefes de Domicílio por Região de Origem e Distrito de

Destino:

Distrito de Cidade Ademar

Total: 2090

A área total da Subprefeitura de Cidade Ademar é de 30,7 km², possui uma população total dos 2 distritos, Pedreira e Cidade Ademar, de 359.296 mil habitantes, divididos aproximadamente em: Distrito Pedreira, 120 mil habitantes; Distrito Cidade Ademar, 200 mil habitantes¹.

Aspectos físicos e territoriais

A Subprefeitura de Cidade Ademar se localiza na região sul do município de São Paulo e é formada por dois distritos: Cidade Ademar e Pedreira. A área total é de 30,7 km².

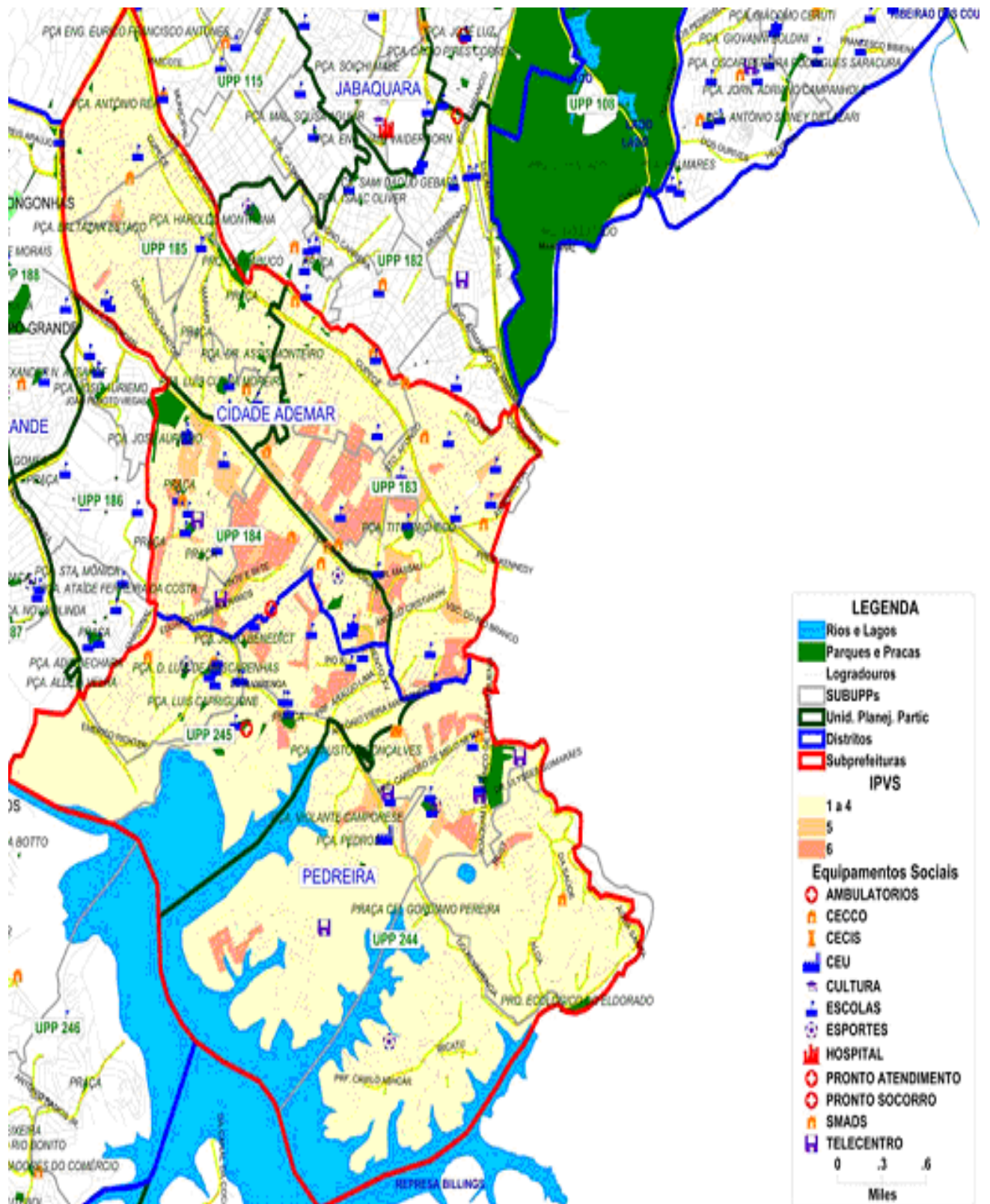
A Subprefeitura, de acordo com o seu portal na internet¹, tem como limite a região administrativa de Santo Amaro à oeste, a região administrativa do Jabaquara ao norte, ao leste faz divisa com o município de Diadema (represa Billings) e ao sul divisa com a Subprefeitura-Capela do Socorro.

A amostragem de estabelecimentos por setor de atividade econômica do Distrito de Cidade Ademar aponta, em um total de 1908 estabelecimento em 1997:

Agropecuária: 1
Indústria da Transformação: 401
Serviço Industrial e Utilidade Pública: 3
Construção Civil: 132
Comércio: 824
Serviços: 545

A seguir, mapa da região de Cidade Ademar com destaque para os aspectos físicos e territoriais, bem como para os equipamentos sociais que servem de rede de proteção social aos moradores, destacando-se aqui a importância de apresentá-los:

¹ Portal da Prefeitura de São Paulo, disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br>. Data de acesso: 08/09/08.



Mapa: aspectos físicos e territoriais – Cidade Ademar

Fonte: Sistema de Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente em São Paulo.

Figura 2 – Vista superior via satélite da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.



Observa-se nas Figuras 1 e 2 que há uma desorganização na dinâmica de habitação no local, cujas causas serão apresentadas a seguir nos Resultados desta pesquisa. Também podem ser observadas a ausência de construções com infra-estrutura maiores, o que seriam indicativos de equipamentos sociais como

escolas, hospitais, praças, centros de lazer, centros de cultura ou estruturas comerciais.

Nota-se que a maioria das construções são casebres ou casas muito pequenas, amontoadas em vielas e travessas. Os setores mais organizados com a percepção de ruas mais estruturadas são os que contêm as casas maiores e com melhor acabamento.

Levando em consideração que o conhecimento *in locu* da área de estudo fornece uma série de informações pertinentes aos pesquisadores acerca da dinâmica e características do local, optou-se por utilizar registro fotográfico de algumas localizações da Vila São Paulo. Alguns desses registros encontram-se a seguir:

Figura 3 – Viela da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.



Figura 4 – Condições de habitação (acabamento de residências) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.



Figura 5 – Condições de habitação (barreiras arquitetônicas) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.

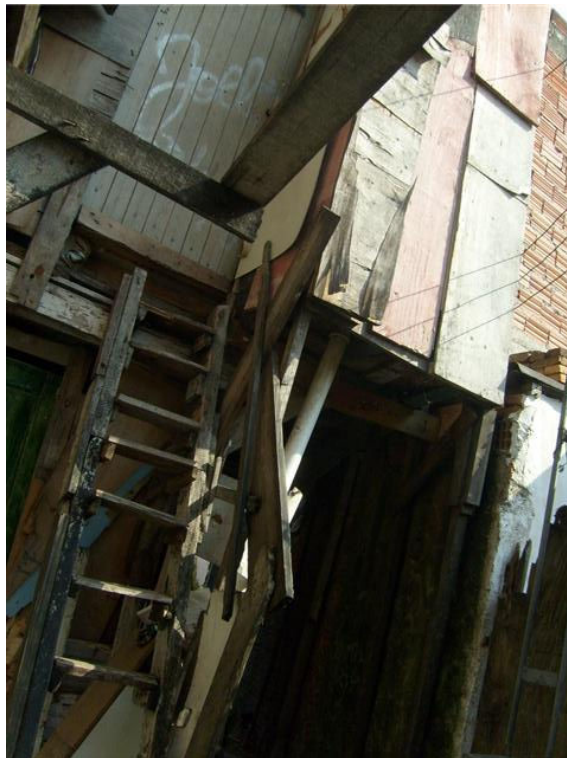


Figura 6 – Condições de habitação (estrutura física) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.

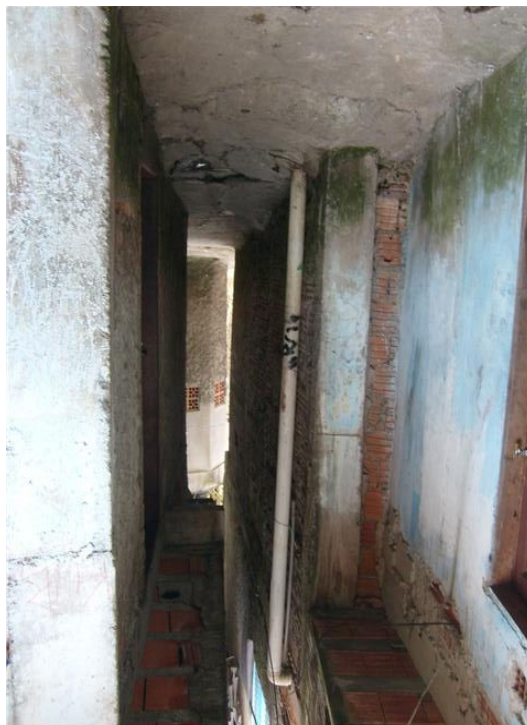


Figura 7 – Condições de habitação (barraco) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.



Figura 8 – Condições de habitação (área interna residência) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.



Figura 9 – Condições de habitação (relações sociais e afetivas) da Vila São Paulo, Distrito de Cidade Ademar, cidade de São Paulo, 2009.



Observa-se, na análise física do território, a precariedade da organização estrutural das residências da Vila São Paulo, bem como da estrutura de ruas e vielas.

A apresentação de dados, informações, mapas e figuras da área estudada colabora para uma melhor compreensão dos fatores inerentes às famílias residentes no local, favorecendo a compreensão do capítulo a seguir.



A REALIDADE DA VILA SÃO PAULO

“Mesmo as noites totalmente sem estrelas podem anunciar a aurora de uma grande realização”.

(Martin Luther King)

O presente capítulo apresenta os dados coletados com os chefes de família da Vila São Paulo que foram submetidos ao questionário investigativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário de coleta de dados, conforme explicado na metodologia, foi aplicado com 27 chefes de família, cujos resultados serão apresentados a seguir. Observa-se que um percentual muito alto de chefes de família não concedeu a entrevista às autoras (23 deles). Desses 23, 13 não encontravam-se em suas residências no momento da pesquisa – a maioria por motivo de trabalho – e 10 recusaram-se a ceder as informações.

Portanto, como já foi explicitado, reforça-se aqui que os dados a serem apresentados referem-se ao total de 27 entrevistados (100%), havendo estes sido subtraídos do montante de 50 moradores com os quais se almejava aplicar o questionário.

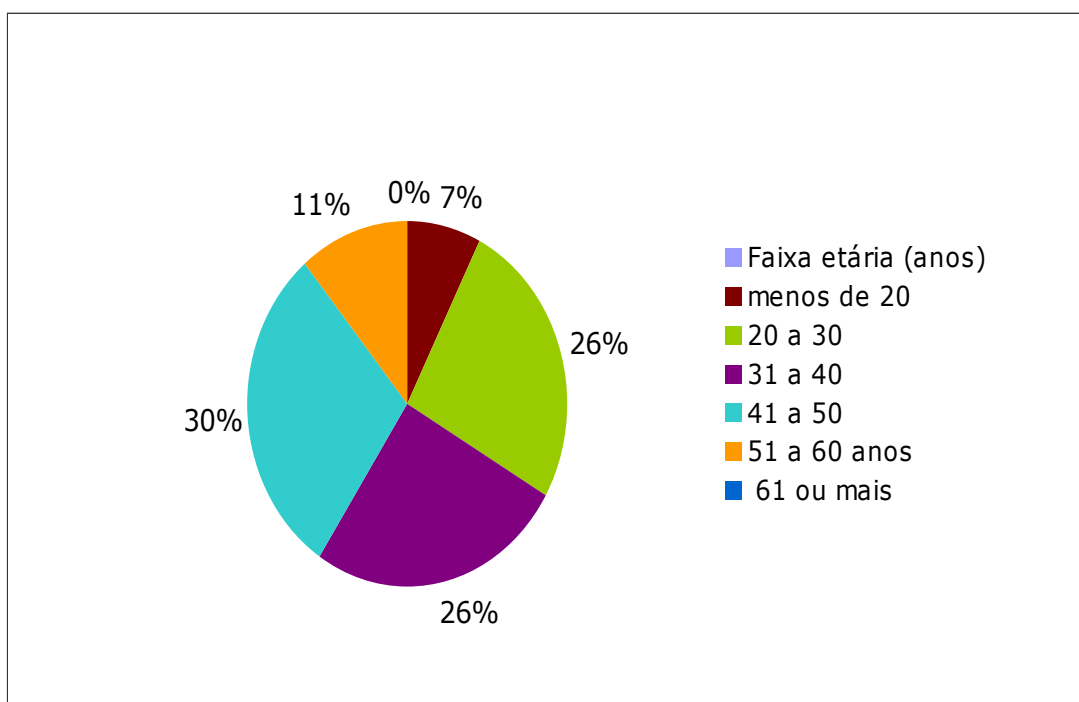
É interessante observar que apesar da abordagem cuidadosa das pesquisadoras, muitos dos chefes de família que se recusaram a responder ao questionário assim o fizeram com certa rispidez, alegando que diversas vezes foram abordados por pesquisadores que lhes chegaram até prometer melhorias e projetos na vila, sendo que estes nunca foram realizados.

Diante desses fatos, as pesquisadoras trataram de esclarecer aos seus entrevistados que a coleta de informações se daria apenas para uma pesquisa teórica visando o aprimoramento das mesmas quanto à conclusão do curso de Serviço Social.

Seguindo a ordem das perguntas do questionário, optou-se pela representação dos dados coletados através de gráfico, os quais se mostraram mais

eficazes do que as tabelas para a expressão das características das famílias da Vila São Paulo.

Gráfico 1 – Faixa etária dos chefes de família da Vila São Paulo



Dos responsáveis por suas famílias entrevistados, 7% tem menos de 20 anos, 26% possui entre 20 e 30 anos, 26% encontra-se na faixa etária dos 31 aos 41 anos, 30% possui entre 41 e 50 anos, 11% estão entre os 51 e 60 anos e nenhum chefe de família da amostragem possui mais de 61 anos de idade.

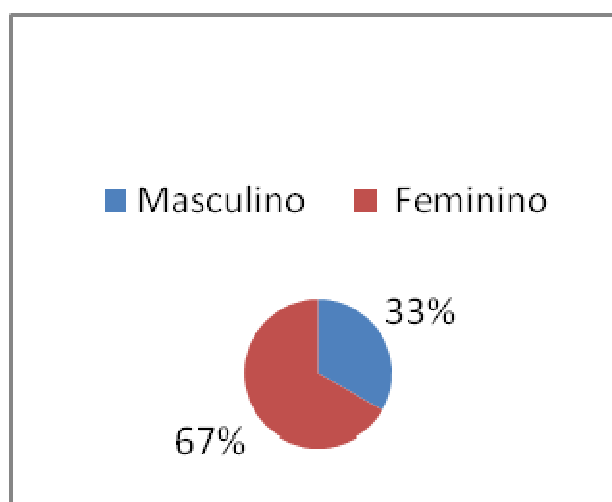
Os dados apontam que há uma regularidade entre as faixas etárias que vão dos 20 aos 50 anos no que se refere à responsabilidade pelo lar. Os dados se mostram coerentes na medida em que naturalmente é nesta faixa etária que os indivíduos se encontram economicamente ativos e em idade reprodutiva.

Contudo, durante as entrevistas, pode-se observar um grande número de chefes de família na faixa entre 20 e 30 anos que já se responsabilizavam pelo sustento de um número grande de filhos e enteados, o que serve de indicador que as primeiras concepções ocorreram durante a adolescência. Atrelado a esse fator,

também foi notada pelas pesquisadoras a alta incidência de indivíduos entre 31 e 50 anos responsáveis por grandes famílias compostas por seus filhos e netos.

É o caso da moradora F. de 47 anos, responsável por manter uma casa de quatro cômodos onde reside com a filha de 29 anos e dois netos, de 10 e 7 anos. Ela relata: “minha filha tem problema de cabeça e não consegue trabalhar. Eu tenho que cuidar dela pra que ela tome os remédios e tenho que cuidar dos meninos”.

Gráfico 2 – Sexo dos chefes de família da Vila São Paulo



Os dados coletados apontam que os chefes/ responsáveis pelas residências são em sua maioria compostos por indivíduos do sexo feminino (67%).

Tal informação corrobora para que se analise esse perfil como compatível com o atual padrão brasileiro no qual cada vez mais mulheres são mantenedoras de seus lares.

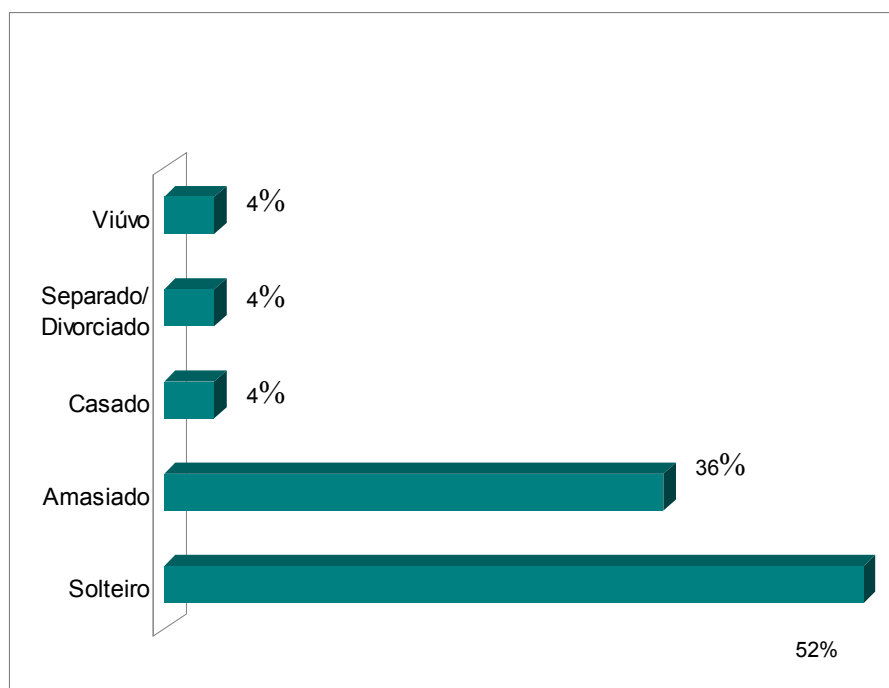
Observa-se a importância desses dados que poderiam, inclusive, suscitar posteriores pesquisas e análises, haja vista os impactos enfrentados por essas mulheres no que se refere ao desdobramento em multi-tarefas, algumas com jornada dupla se levados em conta o trabalho como meio de sobrevivência e o trabalho do lar.

Algumas reflexões podem ser propostas nesse campo: qual o impacto dessa dupla jornada na qualidade de vida dessas mulheres? Qual a atual representação da figura masculina para os membros dessa família? Que implicações sociais esse fato acarreta?

Uma das entrevistadas, S. de 42 anos relata: “sou o pai e a mãe dos meus filhos. Passamos muita necessidade pois trabalho como diarista ganhando trinta reais por faxina, mas não é sempre que aparece trabalho”. Ela ainda descreve: “tenho quatro filhos, três do meu primeiro marido e um de um relacionamento posterior. Fui abandonada nas duas vezes e nunca recebi pensão alimentícia para meus filhos”.

M. de 47 anos é outro exemplo de chefe do lar, possui sete filhos do falecido marido e uma filha do namorado. Ela diz: “os mais velhos saíram mocinhos [de casa], mas os que ficaram dependem de mim (...) a mais nova não é sustentada pelo pai pois só de vez em quando ele pode me dar cem reais para ajudar”.

Gráfico 3 – Estado Civil dos chefes de família da Vila São Paulo



O gráfico acima apresenta os valores referentes ao estado civil dos entrevistados.

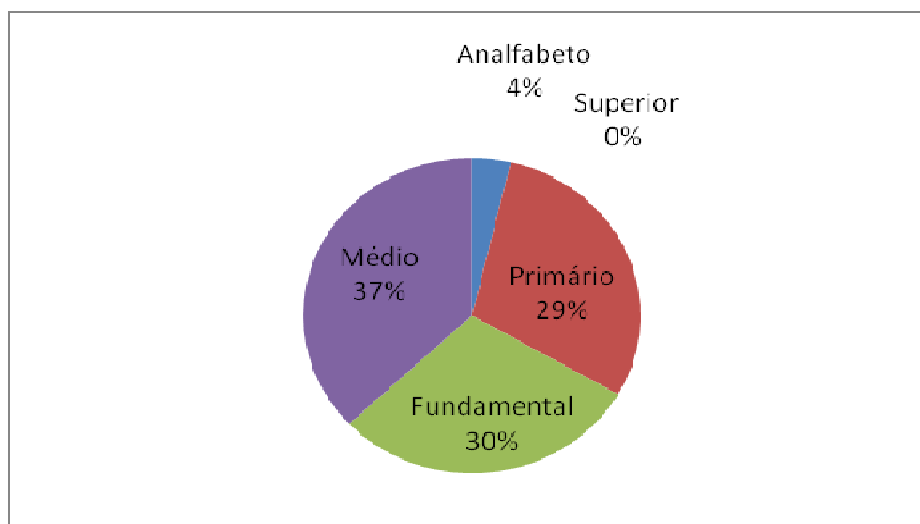
Observa-se que a maioria (52%) é solteira, ou seja, enfrenta uma situação familiar na qual não conta com o suporte emocional ou financeiro de um companheiro, o que fatalmente acarreta algum tipo de desordem no que se refere à qualidade de vida da família, se pensarmos por uma ótica psicossocial.

Outra informação interessante que o gráfico aponta é o alto número de entrevistados amasiados² (36%), ou seja, em situação não formalizada referente ao seu estado civil.

Foi observado pelas pesquisadoras, ao realizar as entrevistas, o alto índice de mulheres solteiras relatando algum tipo de desconforto quanto ao estado civil no que se refere à sensação de estarem sobrecarregadas.

L. de 26 anos, solteira e mãe de três crianças menores de oito anos é um exemplo desse fato quando ressalta: “sinto-me deprimida e sozinha, com um monte de coisas pra fazer (...) os homens são mais livres e acham que podem abandonar a mulher com os filhos quando querem”.

Gráfico 4 – Grau de instrução dos chefes de família da Vila São Paulo



² Considera-se, nesta pesquisa, enquanto amasiadas aquelas pessoas que residem com um companheiro, sem que haja, contudo, formalização de vínculo conjugal.

Os dados coletados acerca do grau de instrução dos chefes de família apontaram: 4% de analfabetos, 29% com até o nível primário, 30% com até o nível fundamental, 37% com até o nível médio e nenhum com nível superior.

Nota-se que a maioria, cerca de 60%, estudou até no máximo o ensino fundamental, o que pode ser um demonstrativo no que se refere ao tipo de empregabilidade dessas pessoas.

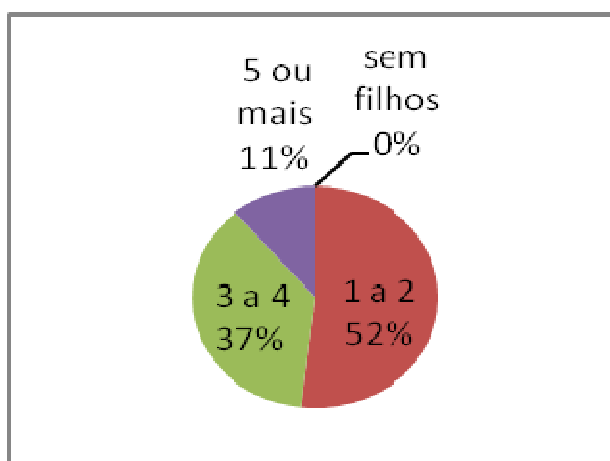
Os relatos às pesquisadoras demonstraram situações diversas de mulheres que abandonaram os estudos quando engravidaram e homens que, jovens, não encontraram outra solução a não ser abandonar os estudos devido à constituição de família.

Também foi registrado pelas pesquisadoras alguns relatos de indivíduos que, na juventude ao iniciarem no trabalho junto às suas famílias, decidiram não continuar os estudos até o nível médio.

Houveram também relatos de entrevistados que simplesmente não se sentiram interessados ou encontraram motivação em atingir um maior nível de escolaridade.

É o caso de M, 31 anos. Ele relata: “parei de estudar na 6ª série. Já havia repetido [de ano] duas vezes, e não achava mais graça em ir pra escola”.

Gráfico 5 – Quantidade de filhos dos chefes de família da Vila São Paulo

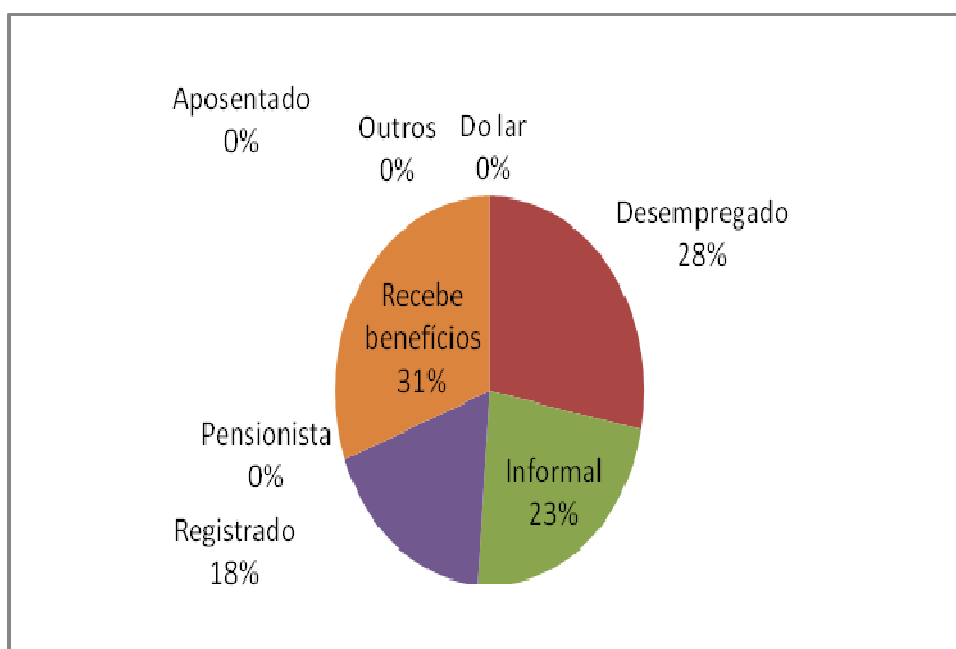


Quanto à quantidade de filhos, não houve nenhum entrevistado que não tivesse filhos. 52% dos entrevistados têm de um a dois filhos, 37% dos entrevistados tem de três a quatro filhos e 11% dos entrevistados possuem mais de cinco filhos.

Nota-se que, apesar de 52% da amostragem ter apenas de um a dois filhos, os 48% restantes que possuem de três até cinco filhos ou mais é uma parcela bastante significativa no que se refere aos índices de natalidade da Vila São Paulo.

Levando em consideração que o local, em sua estrutura, não apresenta equipamentos sociais ou de saúde capazes de dar suporte à essa população, talvez esse seja um ponto interessante para pesquisas futuras, principalmente no tocante às necessidades dessa população no que se refere a políticas públicas.

Gráfico 6 – Situação de trabalho dos chefes de família da Vila São Paulo



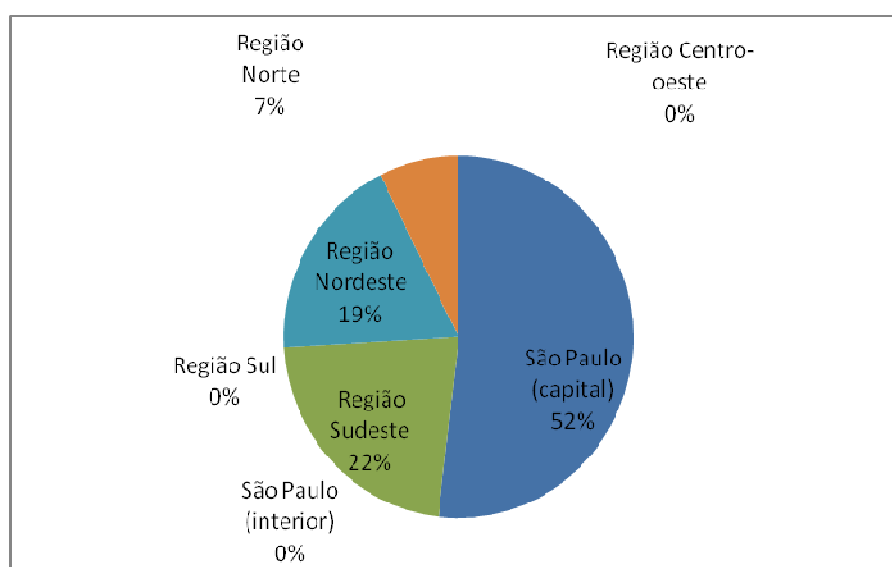
Com relação à situação de trabalho e/ou situação financeira dos entrevistados observa-se que nenhum deles é pensionista e nenhum descreveu-se enquanto “do lar”. A maioria (31%) relata que recebe benefícios, principalmente no tocante às bolsas oferecidas pelo Governo.

28% dos entrevistados ressaltaram sua situação de desemprego, o que não inclui nem o recebimento de benefícios nem a realização de trabalhos informais. Os relatos apontam que, de forma geral, essas pessoas muitas vezes vivem em casas “de fundo” de parentes que os auxiliam financeiramente de alguma forma ou então dependem de doações de terceiros para seu sustento. Entre esse grupo observou-se o maior índice de queixas quanto à qualidade de vida e sensação de desesperança.

23% dos chefes de família relataram que trabalham de modo informal, ou seja, com reciclagens, “bicos” de diarista ou outras atividades. Apesar de não ter sido realizado nenhum cruzamento de dados nesta pesquisa, as autoras destacam que, aparentemente, neste grupo encontraram-se quase que uma totalidade de pessoas com baixa escolaridade e/ou nenhuma capacitação técnica que os favorecessem o ingresso no mercado formal de trabalho.

18% dos entrevistados trabalham com registro em carteira. Os relatos às pesquisadoras apontaram trabalhadores braçais e, na parcela feminina, cargos na área de auxiliar de serviços gerais, ambos com baixa remuneração, como poderá ser visto no decorrer deste estudo.

Gráfico 7 – Naturalidade dos chefes de família da Vila São Paulo



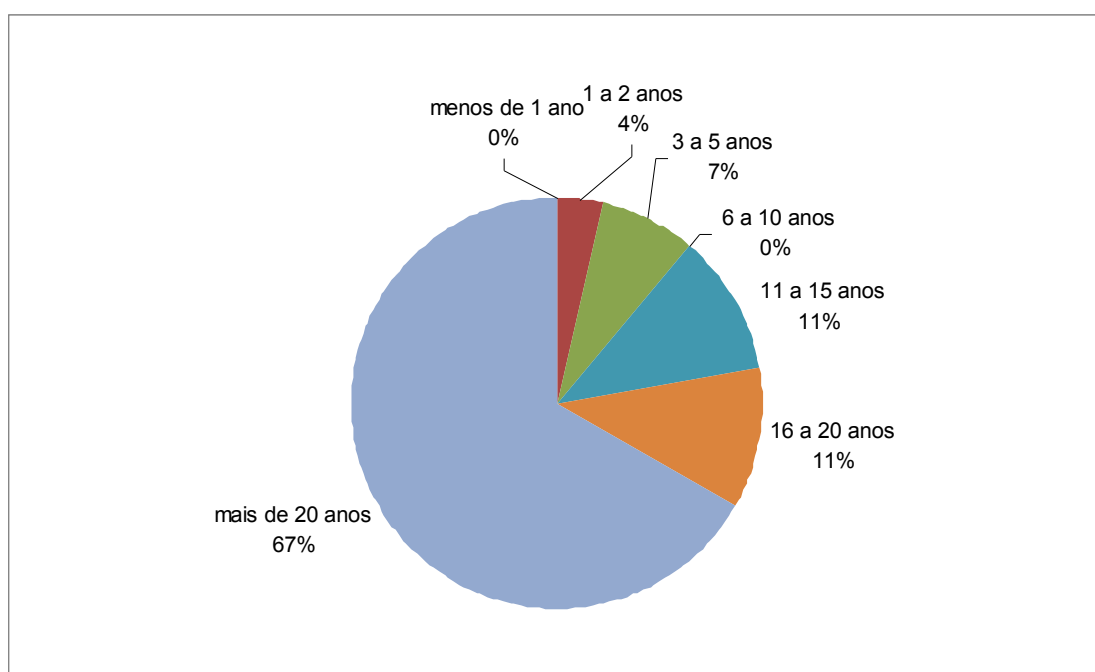
Com referência à naturalidade dos moradores da Vila São Paulo (chefes de família), os resultados apontaram 52% pessoas naturais de São Paulo, capital. É interessante ressaltar aqui que os relatos às pesquisadoras apontaram situações de indivíduos que nasceram na Vila São Paulo e ali continuaram instalados após constituírem família.

22% dos entrevistados relataram naturalidade de outros estados da Região Sudeste, sendo que nenhum deles informou terem nascido no interior de São Paulo. 19% dos entrevistados vieram da Região Nordeste do país e 7% da Região Norte – todos com ideais de conseguir uma melhor qualidade de vida na capital paulista.

Não houve registro de nenhum entrevistado natural das regiões Centro-oeste e Sul.

A moradora P, 33 anos, relata: “vim para a vila quando era menina. Meu marido também é daqui. Nos casamos e vivemos nos fundos da casa dos pais dele. Eu acho bom ter a nossa família morando perto”.

Gráfico 8 – Tempo de residência no local dos chefes de família da Vila São Paulo

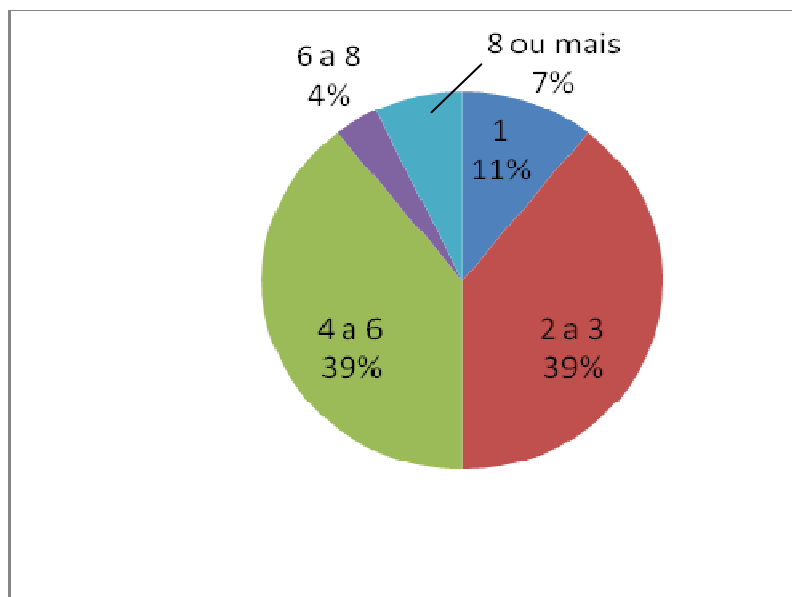


Observa-se que a grande maioria dos chefes de família entrevistados reside na Vila São Paulo há mais de vinte anos (67%). Conforme já foi explicado anteriormente, muitos entrevistados relataram às autoras que nasceram no local e que, ao constituírem família, optaram por levantarem construções nos terrenos de seus próprios familiares, principalmente de pais e avós.

Tal fator mereceria um maior destaque em outras pesquisas investigativas acerca da Vila São Paulo ou outros agrupamentos de pessoas vulnerabilizadas. Isso se deve à necessidade de estudar a questão do crescimento desse tipo de comunidade, como se dá e suas conseqüências.

11% dos entrevistados relataram morar no local entre 11 e 15 anos, 11% destacaram estarem ali entre 16 e 20 anos, 7% informaram residirem no local entre três e cinco anos e 4% referiram viver ali entre um e dois anos. Nenhum entrevistado estava no local há menos de um ano.

Gráfico 9 – Quantidade de pessoas residentes na casa (exceto crianças) dos chefes de família da Vila São Paulo



Observa-se, com relação à quantidade de pessoas com idade superior a 12 anos residentes na mesma moradia que 39% dos entrevistados, contando

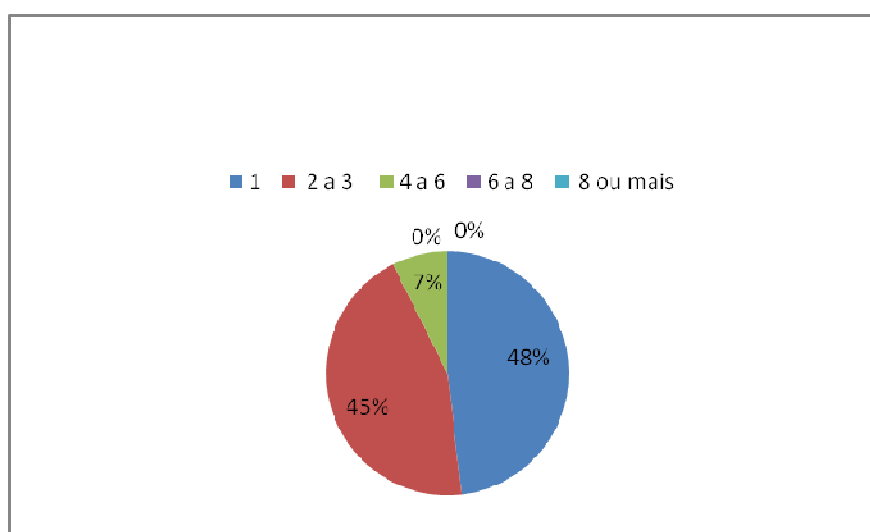
consigo mesmo, referiram haver de duas a três pessoas na casa. O mesmo percentual foi encontrado para entrevistados que relataram entre quatro e seis pessoas no mesmo ambiente. 11% dos entrevistados informaram serem os únicos com idade superior a 12 anos em suas residências, 4% informou que em sua casa vivem de seis a oito jovens e adultos e 7% entrevistados referiram a mesma situação com relação à quantidade de oito ou mais pessoas.

Nota-se, portanto que a quantidade de adolescentes e adultos residindo no mesmo lar é relevante e, levando em consideração as características físicas das moradias, justifica-se aqui os diversos relatos de desconforto no ambiente doméstico.

A. P., 42 anos, relata: “na minha casa moramos eu e minhas duas filhas mais velhas, de 20 e 17 anos. Minha mãe e meu irmão também moram com a gente. A casa tem dois quartos, um dentro e outro fora, e as meninas reclamam de dormirem junto de mim e da avó”.

Como a situação envolvendo menores de 12 anos representa uma realidade distinta no que tange à educação, saúde, lazer e cultura, optou-se por verificar a quantidade de crianças residentes nas casas através de uma pergunta posterior no questionário realizado.

Gráfico 10 – Quantidade crianças (até 12 anos) residentes na casa dos chefes de família da Vila São Paulo

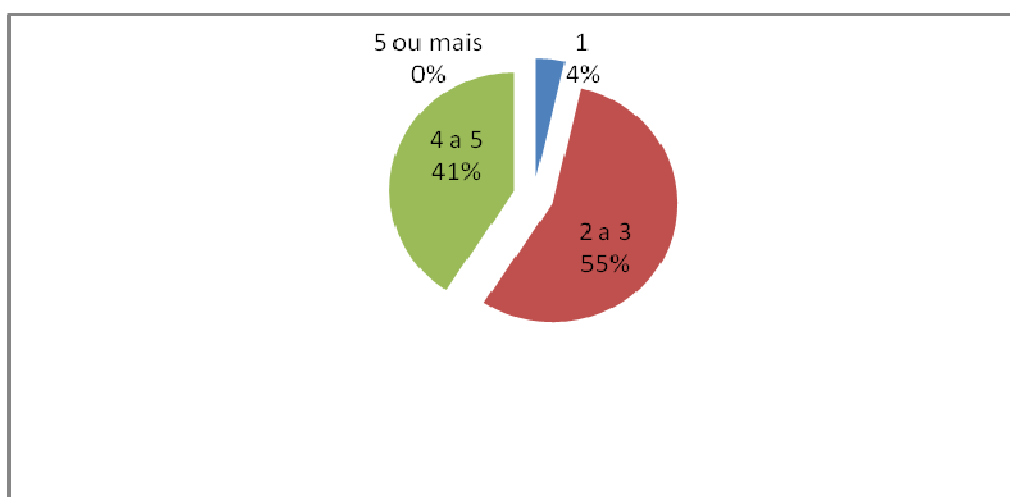


Com referência à quantidade de crianças menores de 12 anos residentes nas casas dos entrevistados, 48% deles informaram residir com uma criança; 45% deles informaram residir com duas ou três crianças; 7% dos entrevistados apontaram um número de quatro a seis crianças sob seus cuidados e nenhum entrevistado possui mais de seis crianças em sua casa.

É importante destacar aqui que há uma preocupação expressa nos chefes de família no que se refere à segurança e educação de suas crianças – sejam estas filhos, netos ou enteados. Houve diversos relatos de preocupações acerca do tráfico de drogas presente na Vila São Paulo e o modo como essa realidade poderia influenciar as crianças.

P., 33 anos, destaca: “eu não deixo as crianças brincarem na rua depois de anoitecer. Aqui tem muito drogado e tem até uma boca de fumo na rua debaixo”.

Gráfico 11 – Quantidade de cômodos da residência dos chefes de família da Vila São Paulo

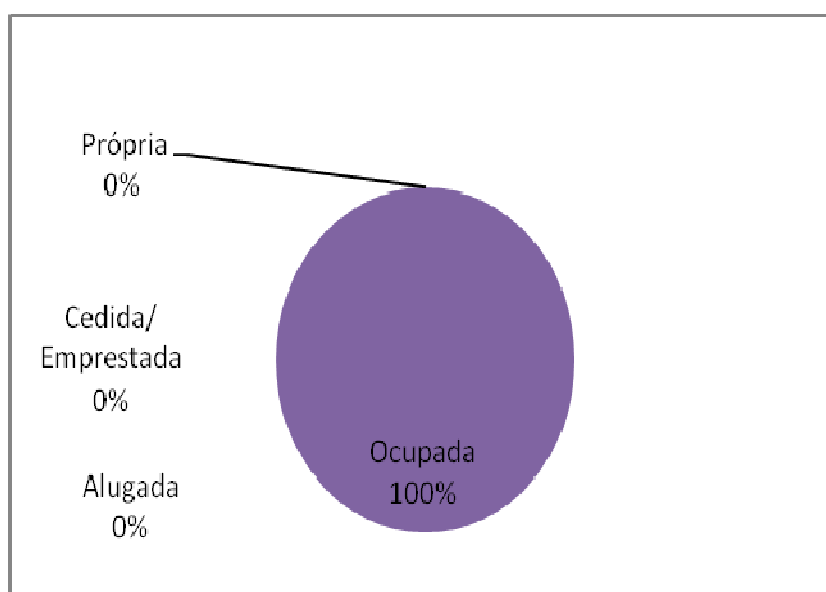


Observam-se aqui os seguintes dados: 55% dos entrevistados relataram viver em casas com dois a três cômodos, 41% deles informaram que suas casas possuem de quatro a cinco cômodos e 4% dos entrevistados vivem em uma casa de apenas um cômodo. Nenhum deles possui residência com cinco cômodos ou mais.

No ponto de vista familiar, a associação de fatores como estrutura física de moradia (insuficientes para acomodar todos seus membros), alta densidade e quantidade de pessoas vivendo juntas e situações de vulnerabilidade (como desemprego e falta de aparato sociais) são indicadores de alto nível de conflito e desconforto no lar – o que faz com que seja considerada baixa a qualidade de vida dessas pessoas.

E quando há um agrupamento de famílias vivendo em conflitos ou com baixa qualidade de vida, certamente encontra-se uma fragilidade maior na comunidade como um todo.

Gráfico 12 – Situação de moradia dos chefes de família da Vila São Paulo



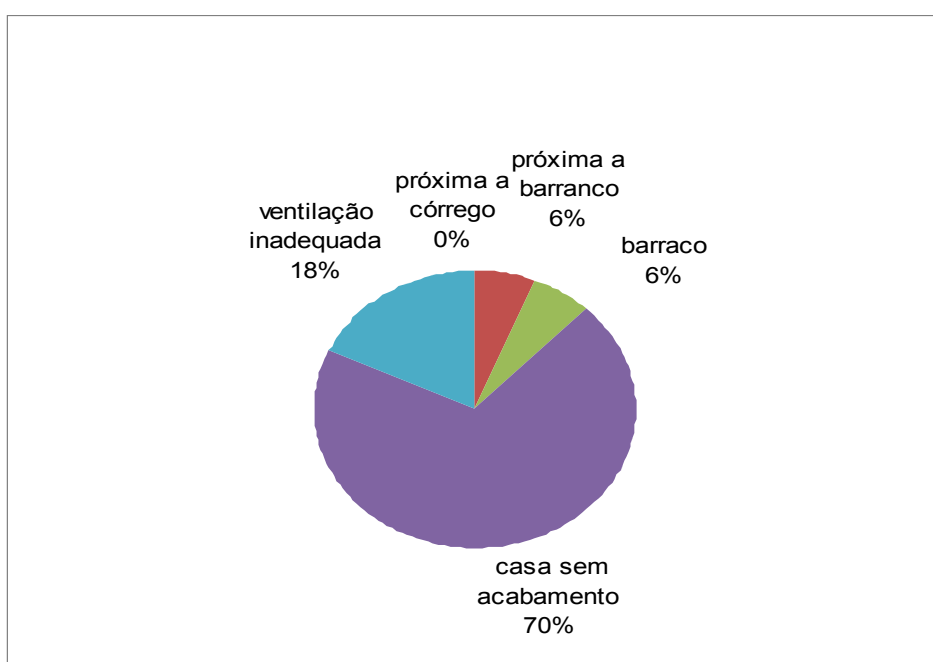
Nota-se aqui uma questão delicada no que se refere aos conceitos de território e territorialidade já apresentados na revisão da literatura.

100% das pessoas entrevistadas destacaram estar em situação de moradia ocupada. Isso quer dizer que não há uma normalização acerca do território onde essas famílias vivem.

Isso é um dos principais fatores que dificultam a implementação de políticas públicas visando beneficiar determinados segmentos e comunidades.

Os relatos dos entrevistados pareciam misturarem-se quando questionados sobre o tempo que residiam na Vila São Paulo e a situação formal de suas residências. Nota-se que a constituição deste agrupamento foi se dando de maneira desordenada ao longo do tempo, com famílias que iam crescendo sem ter a possibilidade de ofertar aos seus membros uma superação da realidade de vulnerabilidade em que viviam.

Gráfico 13 – Situação de habitação dos chefes de família da Vila São Paulo



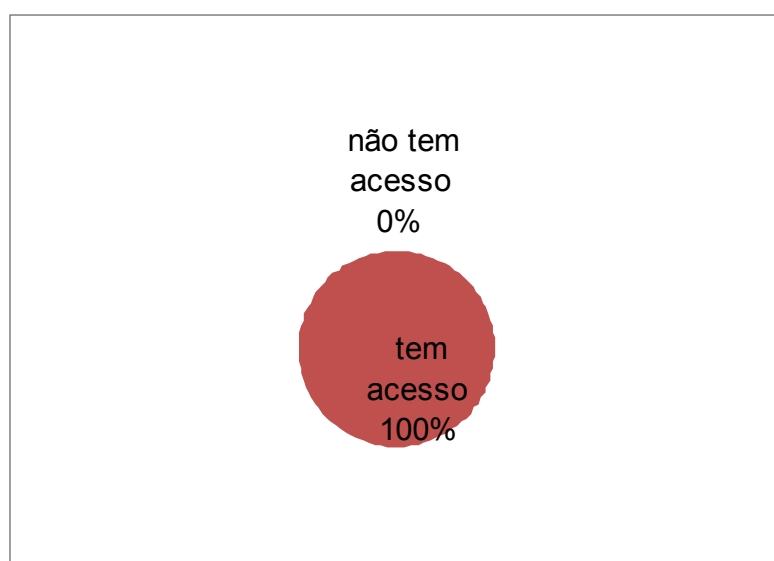
Com referência à estrutura física das casas dos moradores da Vila São Paulo, o questionamento envolvendo as condições de habitação de suas residências serviu para comprovar o que já é possível observar ao transitar pelo local.

Especialmente nesta pergunta do questionário, deixou-se em aberto para que cada chefe de família indicasse um ou mais fatores aos quais suas casas estavam submetidas.

A maioria (70%) relatou que suas casas não possuem acabamento. Os relatos destacaram que algumas residências possuíam algum tipo de acabamento interno (como piso, por exemplo), contudo as condições dessa variável apontaram estruturas físicas precárias nas casas.

18% dos entrevistados destacaram que suas residências não possuíam ventilação adequada às necessidades de conforto e saúde de seus familiares. 6% dos entrevistados vivem em barracos, 6% das construções encontram-se próximas a barrancos e nenhuma delas estava situada próxima ao córrego existente no bairro.

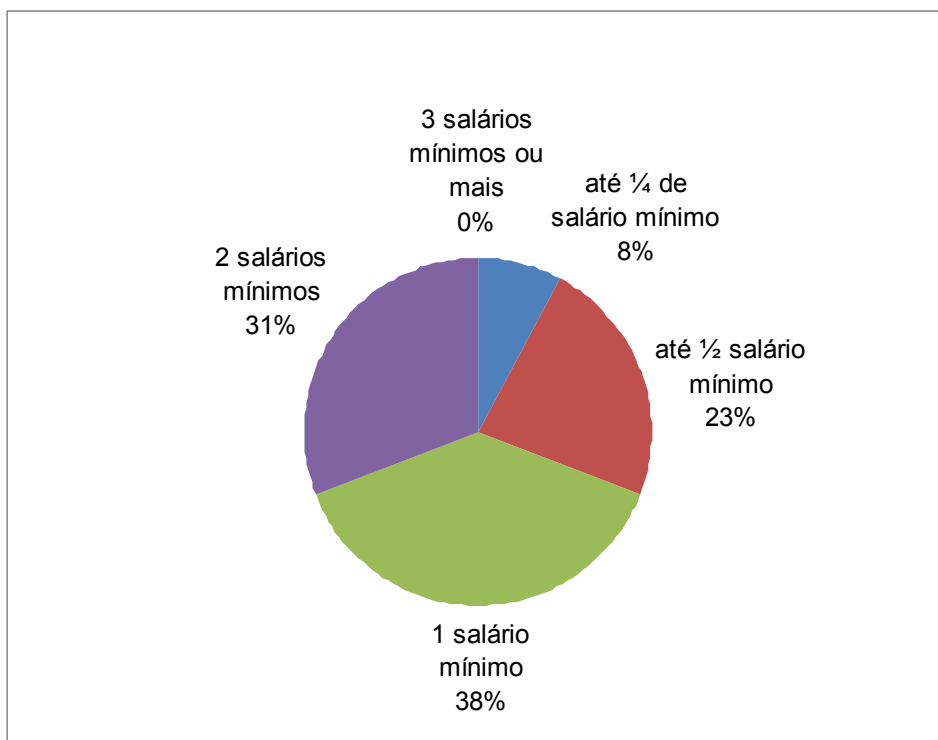
Gráfico 14 – Acesso a saneamento básico e luz dos chefes de família da Vila São Paulo



Todos os entrevistados informaram que possuem saneamento básico e luz.

Apesar da situação de informalidade de moradia na qual os moradores da Vila São Paulo se submetem – ou são submetidos – houve uma organização do local, provavelmente devido à própria urbanização do bairro, na qual nenhum dos entrevistados apresentou viver sem saneamento básico ou luz.

É verídico, entretanto, que há muitas ligações clandestinas de água e luz e que nem todo o lixo é recolhido nas residências (alguns moradores depositam em ruas na qual há a coleta).

Gráfico 15 – Renda familiar mensal dos chefes de família da Vila São Paulo

38% dos entrevistados referiram renda familiar mensal de um salário mínimo. 31% possuem renda familiar mensal de até dois salários mínimos. Nenhum deles possui renda familiar de três salários mínimos ou mais.

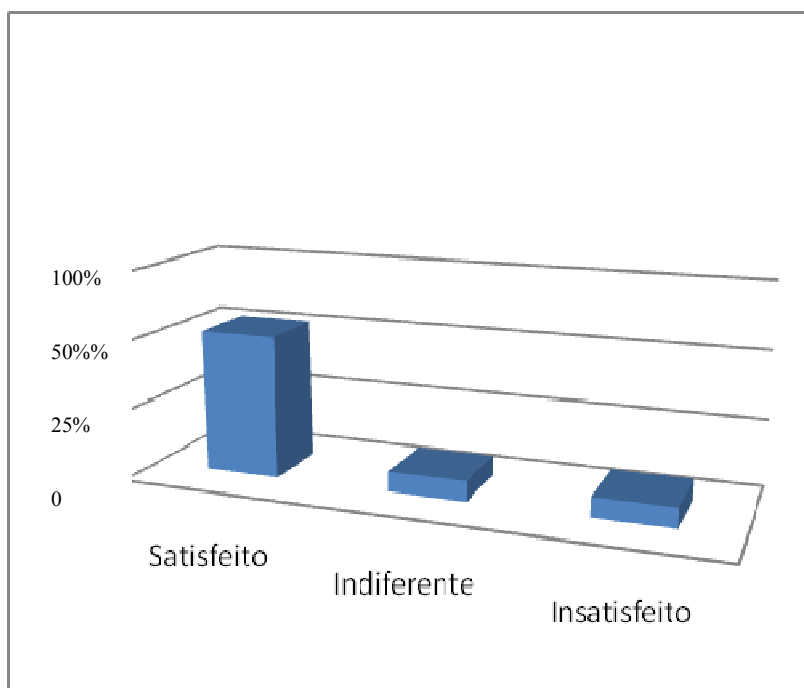
23% dos entrevistados relataram que suas famílias vivem com até 1/2 salário mínimo mensal e 8% das famílias vivem com até 1/4 de salário.

Certamente que a baixa renda somada às dificuldades habitacionais, alta densidade demográfica e familiar e baixa condições de qualidade de vida são os fatores decisivos que colocam os moradores da Vila São Paulo enquanto população vulnerabilizada.

Os relatos de situações de vida precária são preocupantes. Alguns moradores relataram não ter o mínimo para manter sua família, no que diz respeito às suas necessidades mais básicas.

É o caso de J., 50 anos, que diz: “quando minha filha não manda dinheiro fica difícil viver só com o benefício que recebo. Às vezes o pastor da igreja consegue uma cesta básica pra mim”.

Gráfico 16 – Nível de satisfação com relação ao local de moradia da dos chefes de família da Vila São Paulo



Uma informação interessante coletada no questionário é a do nível de satisfação em residir na Vila São Paulo. Apesar das condições precárias na qual a maioria dos entrevistados vivem, a maior parte deles (78%) relatam estarem satisfeitos em residir ali.

Alguns entrevistados que se disseram satisfeitos associaram a questão ao fato de residirem próximo de familiares e amigos, ou por viverem no mesmo local em que cresceram.

Outro dado curioso é que 11% dos entrevistados informaram sentirem-se indiferentes com relação a essa questão.

Apenas 11% dos entrevistados destacaram que estão insatisfeitos em viverem na Vila São Paulo.

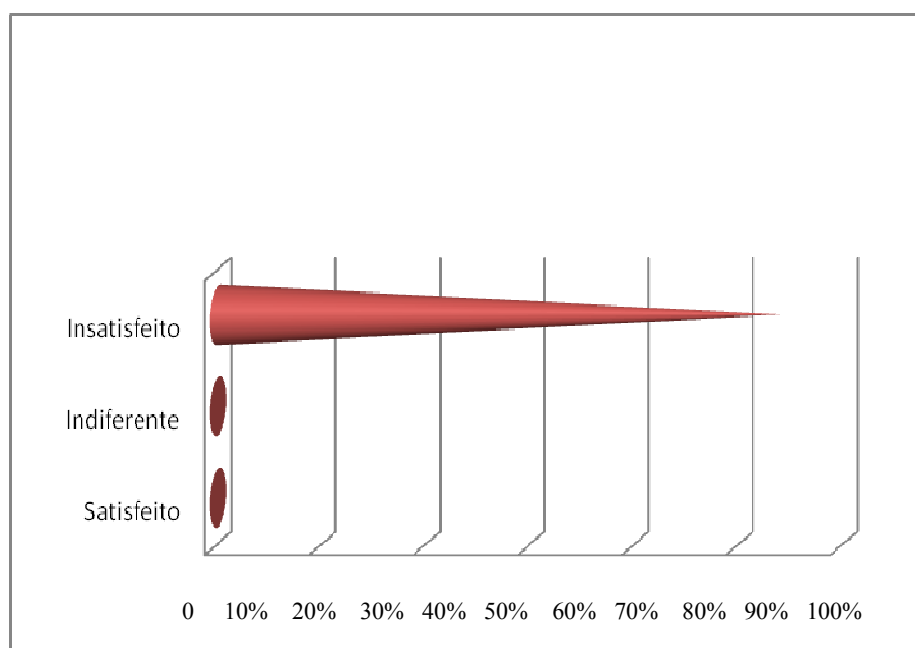
Aqui suscitam-se muitos questionamentos e reflexões, que podem ser condensados nas seguintes indagações: quais os fatores que levam uma pessoa a se sentir satisfeita no território em que vive, mesmo havendo precariedade? Até que

ponto há uma real consciência de sua própria vulnerabilidade ou risco social? O que leva uma pessoa a ficar indiferente com relação ao ambiente em que vive?

Os relatos dos entrevistados pareceram-se dividirem-se em dois grupos: o daqueles que sentem-se satisfeitos simplesmente pelo fato da proximidade com familiares e amigos; e o daqueles que parecem se “anestésiar” diante de sua própria realidade, muitas das vezes causada principalmente pelo fato de que desconhecem qualquer outra realidade que não seja àquela a qual estão inseridos.

Como foi observado antes, a maioria dos residentes está ali há muitos anos, ou até são pessoas que nasceram e cresceram naquela Vila. Alguns conseguem naquele ambiente encontrar o pouco suporte de rede social que lhes é possível, garantindo um mínimo de conforto ou sensação de acolhimento.

Gráfico 17 – Nível de satisfação acerca de equipamentos sociais locais dos chefes de família da Vila São Paulo



Contraditoriamente ao nível de satisfação em viver na Vila São Paulo, encontra-se o nível de satisfação dos entrevistados no que diz respeito às condições de equipamentos sociais locais (saúde, educação, cultura, lazer, esporte, transporte, entre outros).

100% dos entrevistados encontram-se insatisfeitos com as condições territoriais referentes a esses equipamentos.

Observa-se, ao visitar o local, que realmente a comunidade carece de recursos simples em todos os sentidos. E os relatos dos entrevistados são importantes ao destacar, entre as principais queixas:

- preocupação com segurança pública (e quanto ao tráfico de drogas no local);
- necessidade de melhor estrutura para atender às necessidades de saúde dos moradores;
- dificuldades em transitar no local devido à estrutura física da vila, bem como o de conseguir transporte;
- falta de equipamentos capazes de sustentar as necessidades educacionais e culturais das crianças (incluindo praças com opções de esporte e lazer).

Finalizando a apresentação dos dados, obtêm-se enquanto pontos principal a questão do grau de satisfação em residir no local e sua disparidade no que se refere ao grau de satisfação com os equipamentos sociais locais.

Além disso, fica marcante também a questão de gênero – apontando a população feminina como mais vulnerável dentro deste contexto.

Do mesmo modo que muitos dos moradores reconhecem que viver no local onde cresceram e onde se encontram seus vínculos sociais é um fator capaz de lhes oferecer segurança, também apresentam-se preocupados com situações de violência presente no cotidiano.

De modo geral, podemos verificar também que a população estudada é pobre, com baixo nível de escolaridade, sem empregos ou relação conjugal formalizada. A informalidade – do ponto de vista territorial e social – parece ser, portanto, o ponto-chave para análise da situação dos moradores da Vila São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

As autoras deste trabalho concordam com as explicações de Cunha et al (2004, p.65) quando estes afirmam:

Um dos consensos sobre o conceito de vulnerabilidade social é de que o mesmo apresenta um caráter multifacetado, abrangendo várias dimensões, a partir das quais é possível identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sócio-demográficas, quanto àquelas relativas ao meio social onde esses estão inseridos (CUNHA et al, 2004, p.65).

O que se percebe é que existe um certo caráter distinto na vulnerabilidade, ou seja, um fator relativo à capacidade de resposta das pessoas frente a situações de risco.

Nas entrevistas realizadas com uma amostragem de moradores da Vila São Paulo, ficam evidentes alguns fatores de interesse do profissional de Serviço Social, sendo os principais:

- Predomínio de trabalho informal e desemprego, e conseqüente inexistência de benefícios e direitos referentes às leis trabalhistas;
- Desconhecimento dos moradores acerca de seus direitos e deveres enquanto cidadãos;
- Contato direto com situações de violência, como o tráfico de drogas;
- Existência de determinados fatores culturais nos quais leva-se a acreditar que a migração de outros estados para São Paulo acarreta à natural melhoria das condições de vida;
- Moradias irregulares, em terreno invadido ou em locais comprometidos devido à estrutura física;

- Falta de acesso a políticas envolvendo planejamento familiar;
- Falta de equipamentos sociais que atendam, principalmente, a demanda de crianças e jovens;
- Predomínio de famílias chefiadas por mulheres e as os fatores que envolvem essa realidade;
- Informalidade nos vínculos sociais afetivos, com predomínio de chefes de família solteiros e amasiados;
- Precariedade financeiro-econômica das famílias estudadas.

Mas, acima de tudo, o que chama a atenção é que o aparato de suporte familiar parece de alguma forma sobrepor as condições de risco e exclusão social na qual a maioria dessas famílias vive. Em outras palavras, elas não demonstram insatisfeitas ao viverem no local, mas sim insatisfeitas com a falta de recursos que propicie a elas uma melhor qualidade de vida ali.

Nota-se que há uma sutileza em compreender essa diferença, o que foi expressa nos dois últimos gráficos da coleta de dados.

Fica aqui a reflexão de que provavelmente algumas vezes as relações de afetividade se sobreponham muitas vezes às condições de precariedade do ambiente.

Em face dessas informações, ao assistente social cabe romper com a idéia de família idealizada e ter a família real como alvo de sua atuação. A família pode ser fonte de afeto ou de conflito – ou ambos – o que significa considerá-la então como um sistema e em constante transformação.

Deve-se olhar a família em sua dinâmica, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, ampliando o foco sobre a mesma, ou seja iniciar sempre com a real escuta dessas pessoas.

Não se deve olhar a família de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros (e se um membro está precisando de assistência, sua família estará também).

Outro ponto importante é procurar centrar as políticas públicas na estrutura da família, reconhecendo-a como potencializadora dessas ações. Sabe-se que o Estado não pode substituir a família, deste modo, a família tem de ser ajudada.

Nota-se então que não dá para falar de políticas públicas sem falar em parceria com a família. Reconhece-se que há muito ainda o que se refletir e discutir sobre a situação da família no contexto sóciopolítico atual e que também o caminho é longo – mas este pode ser o primeiro passo para mudanças.

Considera-se que este trabalho de pesquisa atingiu seus objetivos quando conseguiu apresentar os principais aspectos nos quais as famílias da Vila São Paulo estão inseridas.

Notou-se que o fato de ir a campo obter informações é muito mais relevante ao assistente social, pois oferece a ele a oportunidade de não só analisar o discurso e a queixa das pessoas, mas observar toda a dinâmica local, principalmente quando se tem em foco aspectos como as relações territoriais e a vulnerabilidade ou fragilidade social.

Talvez o ponto de partida para uma proposta de atuação na Vila São Paulo esteja justamente na integral coleta de dados no local, tanto os que envolvem o ambiente, como os que envolvem as famílias e os seus anseios e referenciais.

Quando as pesquisadoras estiveram na sede da Subprefeitura de Cidade Ademar buscando informações sobre a Vila São Paulo observou-se uma escassez de informações exatas – o que acabou mudando o curso dessa pesquisa que, em um primeiro momento se focaria a analisar o relatório de entrevistas e discursos de determinados moradores. Ao invés disso, mostrou-se muito mais efetivo exercitar a escuta de uma amostragem.

Descobriu-se então que, de modo geral, pode-se entender que muito antes de motivar os moradores com propostas – o que infelizmente chegou a acontecer com outros pesquisadores no local – é necessário primeiro abandonar qualquer “pré-conceito” de que todas as comunidades carentes possuem sempre as mesmas necessidades, ou seja, como se existisse uma “fórmula padrão” para modificar a realidade de fragilidade de um determinado grupo.

Certamente que o primeiro passo para que a Vila São Paulo tenha algumas das necessidades que seus moradores anseiam supridas é necessário em primeiro lugar coletar dados que permitam dar à esse local sua representatividade e especificidade.

Como se deseja que uma Subprefeitura, por exemplo, tenha algum planejamento para um determinado grupo se na verdade não se sabe necessariamente quem são as pessoas que ali vivem e quais são seus reais referenciais e desejos?

Certamente que os dados dessa pesquisa apontam para uma necessidade de fortalecimento da estrutura de assistência ao menor, bem como o oferecimento de suporte às mulheres que, neste local, acabam sendo a parcela mais vulnerável de todas.

Em suma, as pesquisadoras observaram que há uma necessidade de focar, na Vila São Paulo, mais políticas voltadas ao auxílio materno-infantil e às relações de gênero.

Além disso, há a necessidade real de, também, abordar a questão do desemprego e baixo recurso, talvez até com propostas de cooperativas e capacitações técnicas, recursos que sabemos que superam a questão individual e fortalecem uma comunidade como um todo. Por que não cogitar parcerias com Universidades enquanto incubadoras de projetos sociais e de geração de renda?

As propostas podem ser variadas e até com aplicações a longo prazo, mas o que realmente fica de importante para as autoras em todo esse processo de pesquisa é a necessidade de saber acolher e escutar.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAI, Miriam, et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Unesco Brasil, 2002.

BAPTISTA, Makilin Nunes. Adolescência, Família e Problemas de Comportamento. **Psico-USF**, v.1, n.2, p. 83-91, jul-dez, 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 189p.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: Educ, 2000. 272p.

CUNHA, José Marcos Pinto. **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2004.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves.. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estud. psicol. (Natal)** [online]. 2004, vol.9, n.1, pp. 157-166.

GALHEIGO, Sandra Maria. **O Social**. In: PÁDUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. V. **Terapia Ocupacional: Teoria e Prática**. Campinas: Papirus, 2003. 154 p.

GARCIA, Isadora. **Adolescência Latinoamericana**. Vol 2, n. 3. p.128-130. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Mônica Araújo. 2003. **Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**. 10 (2): 357-363, 2005.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Data de acesso: 09 de agosto de 2008.

KOGA, Dirce. A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública**, Madrid, España, 2-5, nov, 2004.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. Territorios em disputa e o desafio da inclusão social. **Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Buenos Aires, Argentina, 4-7, nov, 2008.

KOGA, Dirce.; NAKANO, Anderson Kasuo. Perpectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Numero 94, ano XXIX. SP: Cortez: 2008.

KOGA, Dirce.; RAMOS, Frederico Roman; NAKANO, Anderson Kasuo. A disputa territorial redesenhando relações sociais nas cidades brasileiras. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.94, ano XXIX. SP: Cortez: 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, 238 p.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família**. Ed. Edusc, Bauru, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Portal eletrônico**. Disponível em: www.portal.prefeitura.sp.gov.br. Data de acesso: 09 de setembro de 2008.

ROCHA, Paulo Felisberto. **Como fazer uma pesquisa científica: uma abordagem teórico-prática**. Maceió: Catavento, 2002.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral; PEREIRA, Paulo César Xavier. Habitação em São Paulo. **Estud. Av.** v.17, n. 48, mai-ago, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Cienc. Cult.** v.58, n.4. São Paulo, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social. **Anais do Congresso Internacional de Geoinformação**, SP, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. **Anais do Seminário de Exclusão Social**. PUC, SP, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, 1997.

UOL Mapas. **Portal online**. Disponível em: <http://www.uol.com.br/>. Data de acesso: 28 de março de 2009.

VICENTE, Cenise Monte. Direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo, pp. 47-59. In SM Kaloustian (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a Noção de Exclusão. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Ano XVIII, v. 55, p.74-83, 1997.



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a) da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso com o seguinte tema:

Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: A realidade de famílias vulnerabilizadas da Vila São Paulo

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Maria Aparecida Machado e Edna Souza Correia de Carvalho

OBJETIVOS: apresentar a realidade das famílias residentes na Vila São Paulo, distrito Cidade Ademar, na cidade de São Paulo, relacionando-a com referenciais teóricos acerca de vulnerabilidade social

PROCEDIMENTO DO ESTUDO – será realizado através pesquisa de campo, observa-se o uso do método de pesquisa qualitativa, utilizando o estudo de caso.

BENEFÍCIOS enfoque de políticas sociais voltadas à famílias, com recursos que propicie a elas uma melhor qualidade de vida e cogitar parcerias com universidades enquanto incubadoras de projetos sociais.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa,



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Assinatura das Pesquisadoras Responsáveis:

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado (a) pelo pesquisador _____ - dos procedimentos que serão utilizados, benefícios, confidencialidades da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi cópia desse Termo de Consentimento.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2009.

Nome por extenso

Assinatura